

Síntese dos Indicadores Sociais 2006

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Cid Ferreira Gomes – Governador

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)
Silvana Maria Parente Neiva Santos – Secretária

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)
Marcos Costa Holanda – Diretor Geral
Marcelo Ponte Barbosa – Diretor de Estudos Econômicos
Eveline Barbosa Silva Carvalho – Diretora de Estudos Sociais

ELABORAÇÃO

André Oliveira Ferreira Loureiro - Analista de Políticas Públicas
Cláudio André Gondim Nogueira - Analista de Políticas Públicas
Jimmy Lima de Oliveira - Analista de Políticas Públicas
Victor Hugo de Oliveira Silva - Analista de Políticas Públicas

FICHA TÉCNICA

NORMALIZAÇÃO

Helena Fátima Mota Dias

ILUSTRAÇÕES E CAPA

Nertan Cruz de Almeida

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Printcolor Gráfica e Editora Ltda.

Copyright © 2008 IPECE.

Síntese dos indicadores sociais do Ceará – 2006.

Fortaleza, IPECE, 2008.

46 p.

1– Estatística – indicadores sociais. 2 – Ceará. I – Título.

CDU31(813.1)

Impresso no Brasil/Printed in Brasil

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)
End. Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora
Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N
Ed. SEPLAN - 2º andar
60839-900 – Fortaleza-CE
Telefones: (85) 3101-3521 / 3101-3496
Fax: (85) 3101-3500
www.ipece.ce.gov.br
ipece@ipece.ce.gov.br

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
PARTE 1 – RESUMO DOS INDICADORES	7
PARTE 2 – ANÁLISE DETALHADA DOS INDICADORES.....	16
1. Aspectos Demográficos	16
2. Condições dos Domicílios	18
3. Saúde.....	22
4. Educação.....	26
5. Trabalho e Rendimento.....	33
6. Concentração de Renda e Pobreza.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47

Apresentação

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) possui, dentre outras atribuições, a competência de acompanhar o desenvolvimento social e propor políticas públicas que melhorem o nível de bem-estar da população cearense. Os *Indicadores Sociais do Ceará 2006* vem na perspectiva de contribuir para uma adequada análise das condições sociais em que se encontra a população do Estado, procurando enfatizar suas necessidades básicas, além de aspectos como a concentração de renda e a pobreza.

O presente estudo utiliza informações coletadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir dessas informações foi possível evidenciar as principais transformações sócio-econômicas verificadas nos últimos anos no Ceará, comparando com o restante da região Nordeste e do Brasil. Neste documento são apresentados os principais indicadores que apontam para uma melhoria das condições sociais da população cearense, assim como aqueles que requerem atenção especial dos governantes e dos formuladores de políticas públicas.

Mantendo-se o padrão de análise realizado para a Síntese de Indicadores Sociais do IPECE, o estudo está dividido em duas partes. Na primeira parte será apresentado um resumo dos indicadores de 2006, incorporando comparações entre Ceará, Nordeste e Brasil, assim como uma análise da variação desses indicadores no tempo. A segunda parte do estudo se destina a tecer uma análise mais detalhada sobre o comportamento dos indicadores ao longo do período considerado, bem como a relação entre os diferentes aspectos considerados.

Resumo dos Indicadores

Nesta seção é apresentada uma análise sintética dos principais indicadores sócio-econômicos do Estado do Ceará em 2006, assim como uma comparação com o restante da Região Nordeste e do Brasil. Além disso, é apresentada uma comparação com a situação verificada em 2005, 2002 e 1992, objetivando análises da evolução dos indicadores no curto, médio e longo prazo.

No sentido de avaliar a situação relativa do Ceará, são apresentados gráficos de radar, tomando os indicadores do Brasil como referência, de forma a construir uma medida sintética que evidencia, em termos gerais, se o Estado vem se aproximando da média nacional ao longo do tempo.

Essa medida é construída a partir das relações entre os indicadores do Ceará e do Brasil. Mais especificamente, essas relações são construídas da seguinte forma:

(1) Indicador do tipo "quanto maior, melhor":

$$\text{Relação} = (\text{Indicador do Ceará} / \text{Indicador do Brasil}) \times 100\%$$

(2) Indicador do tipo "quanto menor, melhor":

$$\text{Relação} = (\text{Indicador do Brasil} / \text{Indicador do Ceará}) \times 100\%$$

Com isso, se o valor de uma relação for inferior a 100%, isto evidenciará que o indicador do Ceará é pior que o do Brasil; uma relação igual a 100% mostra que os indicadores são equivalentes; e, finalmente, se a relação for superior a 100%, isso sugere que o indicador do Ceará é melhor que a média nacional.

Portanto, a medida sintética proposta consiste na média das relações ora descritas para um determinado ano. Os resultados são apresentados graficamente por meio de um radar. Assim, dois tipos de informações muito importantes podem ser obtidas: no mesmo ano, será possível identificar quais indicadores do Ceará são melhores ou piores que os do Brasil, e a análise da média das relações evidenciará se o Estado tem-se aproximado ou não da média nacional ao longo do tempo.

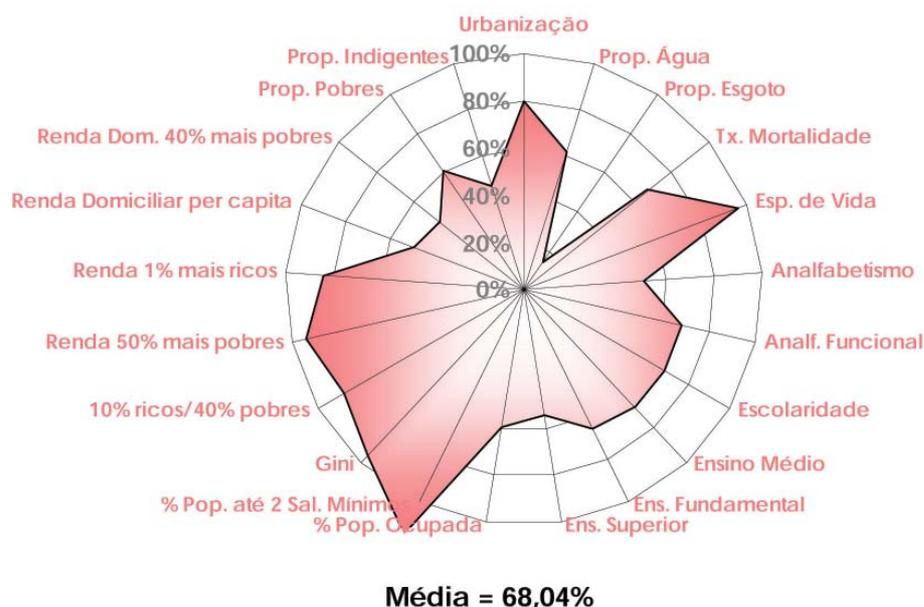
Os gráficos propostos são construídos a partir dos 21 indicadores a seguir:

- Grau de urbanização (↑)
- Proporção de domicílios com abastecimento de água regular (↑)
- Proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgotos (↑)
- Taxa de mortalidade infantil (↓)
- Esperança de vida ao nascer (↑)
- Taxa de analfabetismo (pessoas com 15 anos ou mais) (↓)
- Porcentagem de analfabetismo funcional entre adultos (↓)
- Escolaridade média de adultos (em anos de estudo) (↑)
- Percentual da pop. adulta com pelo menos o 2º grau completo (↑)
- Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o 1º grau completo (↑)
- Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo (↑)
- Porcentagem da população ocupada sem rendimentos (↓)
- Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 salários mínimo (↑)
- Índice de Gini (↓)
- Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da pop. (↓)
- Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres (↑)
- Proporção da renda apropriada pelas pessoas 1% mais ricas (↓)
- Renda domiciliar per capita real (↑)
- Renda domiciliar per capita real dos 40% mais pobres (↑)
- Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza (↓)
- Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (↓)

Quando o indicador vem acompanhado por (↑), significa que ele é do tipo "quanto maior, melhor"; quando vem acompanhado por (↓), é do tipo "quanto menor, melhor".

Em seguida, são apresentados os gráficos de radares, mostrando a situação do Ceará em relação ao Brasil, assim como a média das relações para os anos de 1992, 2002, 2005 e 2006.

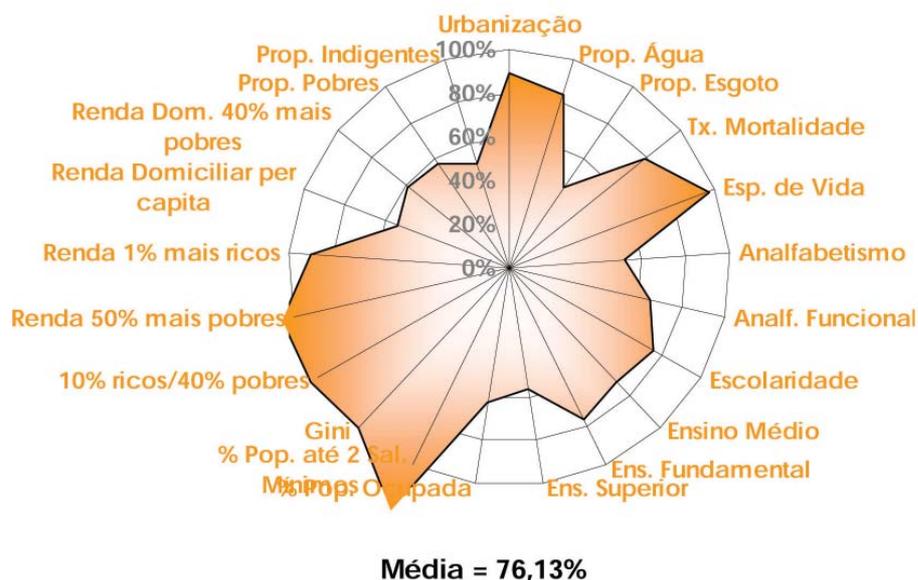
Figura 1: Radar dos Indicadores Sociais – Ceará – 1992



Fonte: IBGE/PNAD

Conforme a Figura 1, em 1992, em termos gerais, a situação do Ceará representava, em média, 68,04% da situação brasileira, quando se considera os indicadores listados.

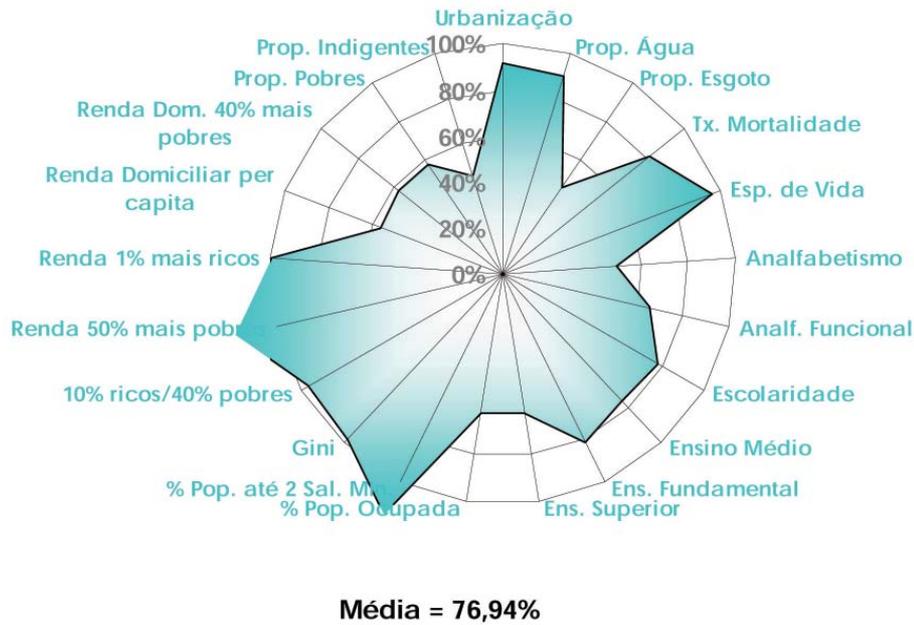
Figura 2: Radar dos Indicadores Sociais – Ceará – 2002



Fonte: IBGE/PNAD

Em 2002, em termos gerais, o Ceará obteve avanços em alguns indicadores, e passou a ter em média, 76,13% da situação brasileira. Em 2005, o Ceará apresentou uma situação relativa de 76,94% do padrão nacional, como ilustra a Figura 3 a seguir.

Figura 3: Radar dos Indicadores Sociais – Ceará – 2005

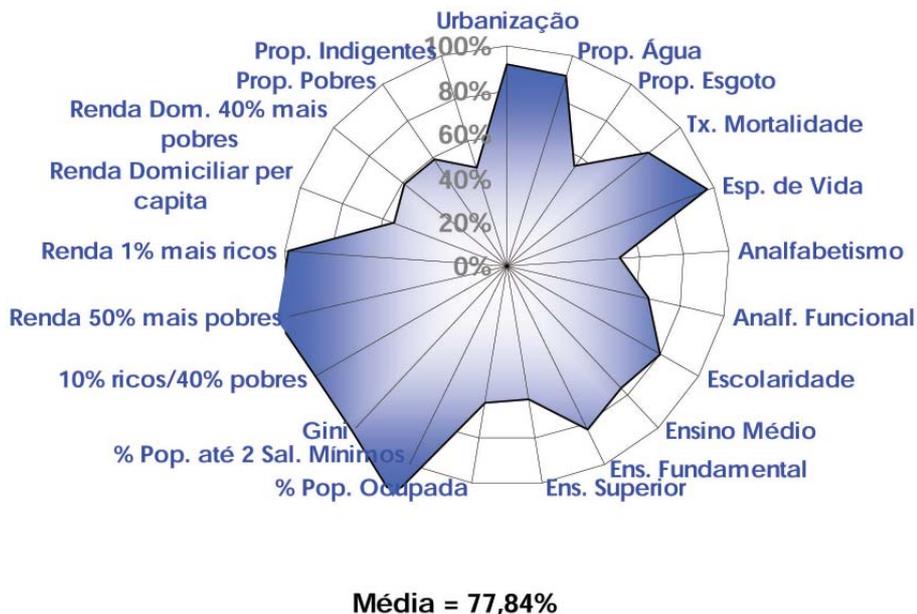


Fonte: IBGE/PNAD

Assim como em 2002, alguns indicadores em 2005 apresentaram relações iguais ou superiores a 100%. São eles: a porcentagem da população ocupada com rendimentos de até dois salários mínimos, a razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população e a proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres.

Em 2006, o Ceará conseguiu, de fato, aproximar-se mais um pouco do padrão nacional, como ilustra a Figura 4. Neste caso, a média das relações foi igual a 77,84%, portanto, um valor superior ao de 2005.

Figura 4: Radar dos Indicadores Sociais – Ceará – 2006



Fonte: IBGE/PNAD

Destas figuras é possível observar que a média relativa dos indicadores no Ceará vem apresentando um crescimento contínuo e considerável entre 1992 e 2006, onde se verifica uma melhora da situação cearense em relação aos padrões nacionais.

De forma mais específica, a análise dos 21 indicadores contemplados neste estudo fornece os seguintes indícios:

- O Ceará, em 2006, possui posição (valor absoluto) melhor que o Nordeste em 13 indicadores e melhor que o Brasil e o Nordeste em 2.
- No período de 2005 a 2006, o Ceará teve melhor performance (variação percentual) do que o Brasil e o Nordeste em 13 indicadores, melhor que o Brasil em 3, e melhor que o Nordeste em 2.
- No período de 1992 a 2006, o Ceará teve melhor performance (variação percentual) do que o Brasil e o Nordeste em 17 indicadores, melhor que o Brasil em 1 e melhor que o Nordeste em 2.

Assim, é possível constatar que o Estado já possui, em termos gerais, um nível social melhor que o Nordeste e vem avançando no sentido de reduzir as disparidades em relação ao Brasil.

Os valores dos indicadores e suas performances em diferentes períodos, que possibilitaram a obtenção destas conclusões e que, também, foram usados na elaboração das figuras analisadas anteriormente, são apresentados em uma série de quadros resumo, a seguir.

Quando se observa o Quadro 1 a seguir, fica claro que o Estado do Ceará supera a média da Região Nordeste na maioria dos indicadores, possuindo ainda dois indicadores acima da média nacional: Concentração de Renda (índice de Gini) e a proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população. No entanto, é possível verificar ainda que o Estado do Ceará se destaca em vários indicadores quando se refere à evolução nos últimos anos. Na maioria dos casos, o estado apresenta melhorias nos indicadores mais significativas do que a Região Nordeste e do que o Brasil, tanto entre 2005 e 2006 (Quadro 2), entre 2002 e 2006 (Quadro 3), quanto entre 1992 e 2006 (Quadro 4). Nessa evolução de longo prazo, merece destaque o Estado do Ceará, que apresentou melhorias significativas na grande maioria dos indicadores, onde quase que a totalidade dos indicadores do Ceará evoluiu bem acima da média nacional e da Região Nordeste.

Quadro 1 - Resumo dos Indicadores Sociais

Valores de 2006

Indicadores		Valores em 2006		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	76,34	71,39	83,16
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água regular (%)	73,64	73,28	81,77
3	Proporção de Domicílios c/ acesso à rede de coleta de esgotos (%)	26,71	31,37	48,98
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	30,80	36,90	25,10
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	69,90	69,40	72,40
6	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	20,60	20,74	10,38
7	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (25 anos ou mais)	41,95	42,79	27,20
8	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	5,34	5,25	6,73
9	Percentual da população adulta (25 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo	24,34	23,74	32,25
10	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo	41,99	38,78	50,69
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	5,49	5,12	8,99
12	Porcentagem da população ocupada sem rendimentos	17,15	18,39	10,84
13	Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 s.m.	70,35	68,11	60,45
14	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	0,546	0,572	0,560
15	Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população	18,45	21,23	18,40
16	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	15,60	14,61	14,63
17	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	12,84	15,49	12,61
18	Renda domiciliar per capita real (R\$)*	268,90	289,33	489,73
19	Renda domiciliar per capita real dos 40% mais pobres (R\$)*	70,18	70,76	118,47
20	Proporção de pessoas pobres	54,34	53,89	31,59
21	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (Indigentes)	25,21	25,14	11,90

Fonte: IBGE/PNAD/IPECE

Nota: Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e Nordeste;

Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste;

Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil;

* Valores corrigidos pelo INPC de setembro de 2006.

Quadro 2 - Resumo dos Indicadores Sociais
 Variação percentual de 2005-2006

	Indicadores	Variação % em 2005/2006		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	0,86	0,91	0,41
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água regular (%)	-0,44	-0,79	-0,67
3	Proporção de Domicílios c/ acesso à rede de coleta de esgotos (%)	22,40	16,40	1,54
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	-3,75	-3,40	-2,71
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	0,43	0,58	0,70
6	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	-8,85	-5,30	-6,45
7	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (25 anos ou mais)	-6,20	-4,50	-5,34
8	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	5,73	4,12	3,36
9	Percentual da população adulta (25 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo	6,68	5,33	6,18
10	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo	6,09	5,11	4,02
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	8,10	10,25	7,73
12	Porcentagem da população ocupada sem rendimentos	-9,61	-6,69	-5,90
13	Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 s.m.	2,47	1,30	2,36
14	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	-5,51	0,21	-1,25
15	Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população	-8,08	11,53	-4,72
16	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	2,53	-1,81	13,38
17	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	-9,67	5,86	-11,00
18	Renda domiciliar per capita real (R\$)*	8,37	14,68	9,93
19	Renda domiciliar per capita real dos 40% mais pobres (R\$)*	17,05	12,73	13,15
20	Proporção de pessoas pobres	0,55	0,27	2,18
21	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (Indigentes)	-3,47	1,89	1,83

Fonte: IBGE/PNAD/IPECE

Nota: Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e Nordeste;
 Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste;
 Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil.

Quadro 3 - Resumo dos Indicadores Sociais
Variação percentual de 2002-2006

Indicadores		Variação % em 2002/2006		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	1,65	1,26	-1,12
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água regular (%)	7,66	3,80	-0,28
3	Proporção de Domicílios c/ acesso à rede de coleta de esgotos (%)	28,41	29,64	5,56
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	-12,25	-10,87	-9,71
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	4,42	4,55	4,87
6	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	-8,85	-15,00	-12,00
7	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (25 anos ou mais)	-12,78	-12,68	-13,66
8	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	15,17	13,77	9,75
9	Percentual da população adulta (25 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo	26,65	20,00	19,75
10	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo	23,56	22,86	14,68
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	27,16	20,61	17,49
12	Porcentagem da população ocupada sem rendimentos	-8,29	-6,65	-7,36
13	Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 s.m.	7,08	5,92	13,42
14	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	-7,48	-3,11	-5,04
15	Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população	-12,54	-1,91	-16,07
16	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	12,67	7,49	11,93
17	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	-13,27	-5,23	-5,63
18	Renda domiciliar per capita real (R\$)*	12,22	19,23	10,89
19	Renda domiciliar per capita real dos 40% mais pobres (R\$)*	5,76	7,15	5,96
20	Proporção de pessoas pobres	-3,27	-4,58	-2,97
21	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (Indigentes)	-4,18	-6,36	-8,80

Fonte: IBGE/PNAD/IPECE

Nota: Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e Nordeste;
Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste;
Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil.

Quadro 4 - Resumo dos Indicadores Sociais
 Variação percentual de 1992-2006

	Indicadores	Variação % em 1992/2006		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	22,15	16,66	6,62
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água regular (%)	63,27	32,76	11,10
3	Proporção de Domicílios c/ acesso à rede de coleta de esgotos (%)	394,58	141,30	25,92
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	-51,98	-46,03	-41,57
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	9,73	9,98	9,20
6	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	-40,20	-36,63	-39,57
7	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (25 anos ou mais)	-32,54	-29,93	-35,31
8	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	57,03	49,93	34,57
9	Percentual da população adulta (25 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo	93,20	77,17	74,31
10	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo	114,24	89,19	70,13
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	71,62	59,87	52,46
12	Porcentagem da população ocupada sem rendimentos	-36,01	-22,08	-31,40
13	Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 s.m.	15,52	13,51	14,06
14	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	-9,02	-3,11	-3,41
15	Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população	-25,09	-5,26	-13,93
16	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	27,00	11,81	10,79
17	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	-17,35	6,33	-3,74
18	Renda domiciliar per capita real (R\$)*	1,95	0,62	-7,97
19	Renda domiciliar per capita real dos 40% mais pobres (R\$)*	35,62	15,74	4,41
20	Proporção de pessoas pobres	-23,02	-20,48	-26,26
21	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (Indigentes)	-44,29	-37,84	-42,60

Fonte: IBGE/PNAD/IPECE

Nota: Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e Nordeste;
 Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste;
 Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil.

Análise Detalhada dos Indicadores

1. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Em 2006, o Estado do Ceará apresentava uma população de aproximadamente 8.200.000 habitantes, representando 15,9% da população do Nordeste e 4,4% da população do Brasil¹.

Em relação a 1992, a população cearense apresentou crescimento em 27,1%, enquanto o Nordeste aumentou 19,4%. Isso mostra que a população cearense cresceu de forma mais intensa do que a nordestina. Todavia, esse crescimento não superou o registrado para o Brasil, que foi de 28,2%.

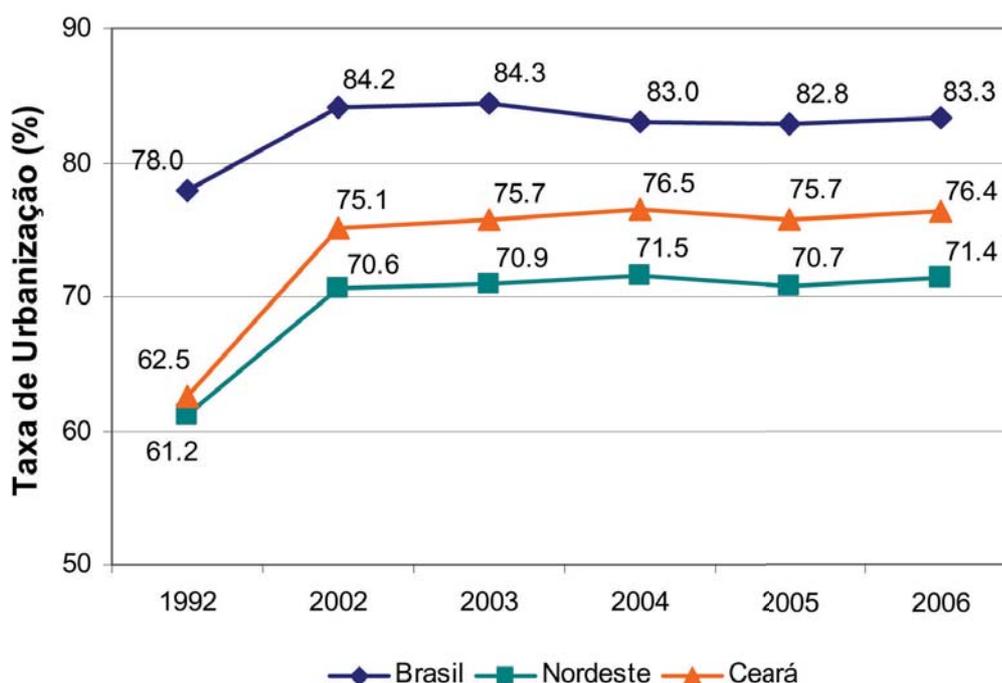
Considerando a RMF, verifica-se que suas expressivas taxas de crescimento indicam um aumento da concentração da população do Ceará nesta região, tanto que a mesma passou a representar 41,6% da população total do Estado, em 2006, contra os 36,8% verificados em 1992. O crescimento populacional acelerado da RMF durante o referido período deveu-se em parte ao fluxo migratório em direção às maiores cidades do Estado, principalmente àquelas situadas na RMF. Deve-se destacar que este fluxo tem como uma de suas origens a redução da população rural do Estado, que mesmo tendo havido uma desaceleração nos níveis de redução ainda não foi suficiente para reverter a alta taxa de urbanização.

Deve-se salientar que este fluxo migratório também foi causado em parte pelo deslocamento da população urbana de pequenos municípios localizados nas regiões menos desenvolvidas do Estado. E, finalmente, deve-se considerar ainda que uma parte da população que migra para a RMF tende a não retornar para seus municípios de origem e, portanto, os filhos gerados por estas pessoas serão naturais dos municípios pertencentes à RMF, incrementando ainda mais a sua taxa de crescimento populacional.

¹ Estes dados, assim como as demais informações apresentadas neste texto têm como fonte primária a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, 1992-2002 a 2006.

Este processo refletiu-se claramente no grau de urbanização do Brasil, que passou de 78,0%, em 1992, para 83,3%, em 2006. O Ceará acompanhou a tendência nacional de maior concentração populacional nas zonas urbanas apresentando em 2006 um grau de urbanização igual a 76,4%, maior que o do Nordeste como um todo, que era de 71,4%, conforme ilustra o Gráfico 1.1.

Gráfico 1.1: Taxa de Urbanização - Brasil, Nordeste e Ceará (em %)

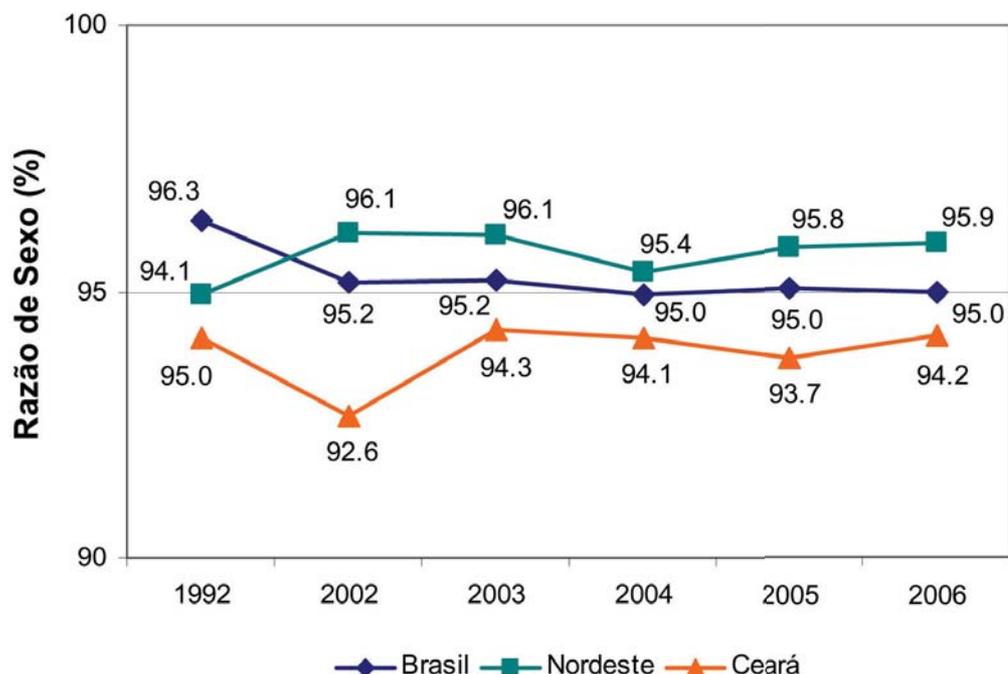


Fonte: PNAD/IBGE

Este processo de urbanização segue um padrão verificado nos países desenvolvidos e em desenvolvimento à medida que as atividades agrícolas vão perdendo participação na Economia, principalmente para o setor de serviços.

No que diz respeito à distribuição da população por sexo, percebe-se que a população feminina é predominante no Ceará, mantendo a sua participação aproximadamente constante ao longo do período 1992-2006. Esta distribuição é bastante similar à do Brasil e do Nordeste, com taxas próximas a 51%.

Gráfico 1.2: Razão de Sexo - Brasil, Nordeste e Ceará – 1992, 2002 e 2006



Fonte: PNAD/IBGE

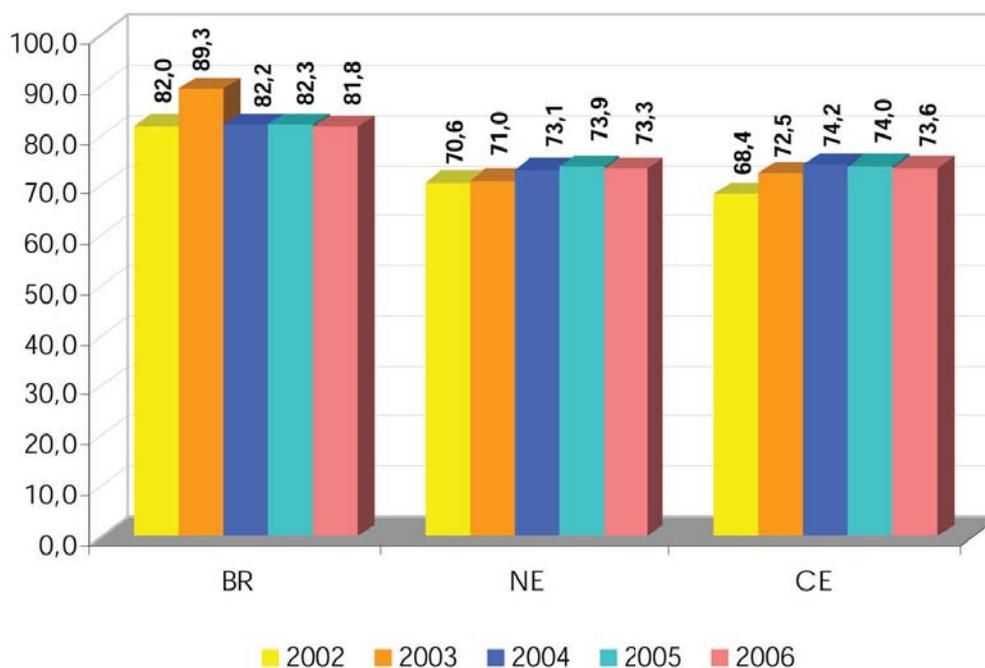
A razão de sexo representa o número de homens na população para cada grupo de 100 mulheres. Se esta for menor (maior) que 100, isto representará que há um número menor (maior) de homens que o de mulheres na população. Portanto, conforme o Gráfico 1.1 indica, em todos os casos pesquisados, a população masculina é inferior à feminina, com exceção da zona rural do Ceará.

2. CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS

No que diz respeito às condições de domicílios, um dos primeiros indicadores a ser analisado é a proporção de domicílios com abastecimento de água regular. Este é, sem dúvida, um dos indicadores mais importantes dessa dimensão, uma vez que a qualidade da água que as pessoas utilizam é essencial para garantir-lhes condições de saúde adequadas. Mais especificamente, o acesso à água de qualidade tem um efeito significativo sobre a redução das doenças de veiculação hídrica e, também, da diarreia e da mortalidade infantil.

O Gráfico 2.1 mostra a proporção de domicílios com abastecimento de água regular no Brasil, no Nordeste e no Ceará durante o período de 2002 a 2006.

Gráfico 2.1: Proporção de domicílios com abastecimento de água regular (em %) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2002-2006



Fonte: IBGE/PNAD

Como é possível perceber através deste gráfico, o Brasil apresenta uma maior proporção de domicílios com abastecimento de água regular em relação ao Nordeste e ao Ceará durante todo o período considerado.

Entre 2002 e 2006, essa proporção manteve-se praticamente constante ao nível nacional, contrastando com o Nordeste e o Ceará, que apresentaram tendência de crescimento do indicador no período. Mais especificamente, o Ceará elevou essa proporção de 68,4% em 2002 para 73,6% em 2006, o que representa uma elevação proporcional de aproximadamente 7,66%. Com isso, o Estado superou a média nordestina em 2006 e aproximou-se mais da média brasileira.

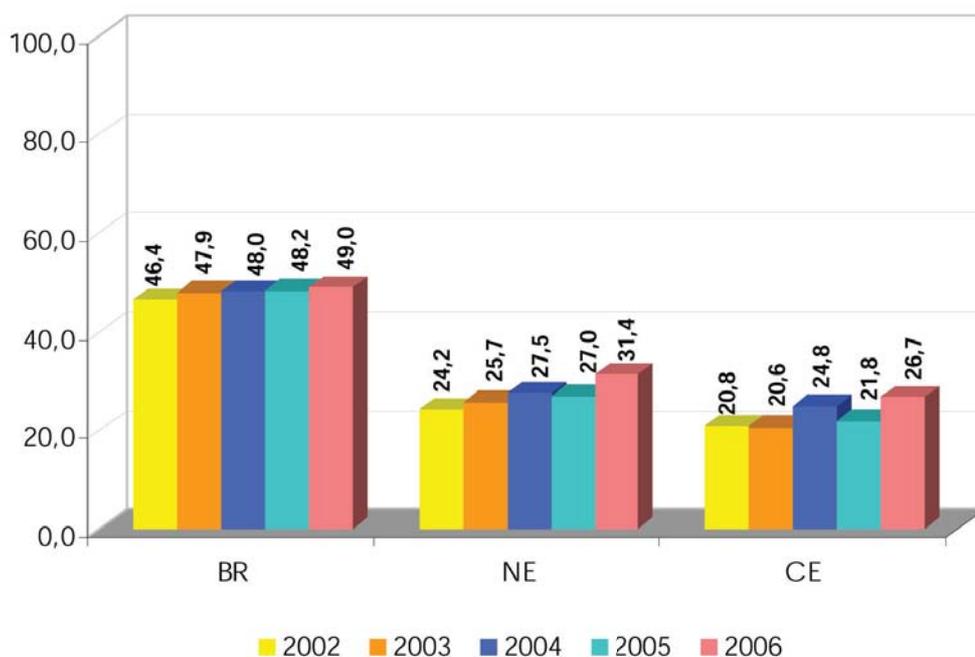
Vale mencionar ainda que, quando se considera a variação do indicador entre 2005 e 2006, constata-se uma pequena variação negativa em todas as áreas geográficas analisadas e que o Ceará obteve a menor queda proporcional dentre elas. Contudo, é importante argumentar que este decréscimo não é necessariamente significativo do ponto de vista estatístico, uma vez que os dados da PNAD podem sofrer variações devido à sua metodologia de coleta de dados, que considera diferentes amostras a cada ano.

Outro indicador relevante, que ajuda a identificar as condições de vida da população, é a proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgoto. No caso, não entrar em contato com a água servida

é fundamental para reduzir o risco de ocorrência de doenças, como a leptospirose, e para reduzir a mortalidade infantil.

O Gráfico 2.2 apresenta os valores desse indicador para o Ceará, Nordeste e Brasil no período de 2002 a 2006.

Gráfico 2.2: Proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgotos (em %) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2002-2006



Fonte: IBGE/PNAD

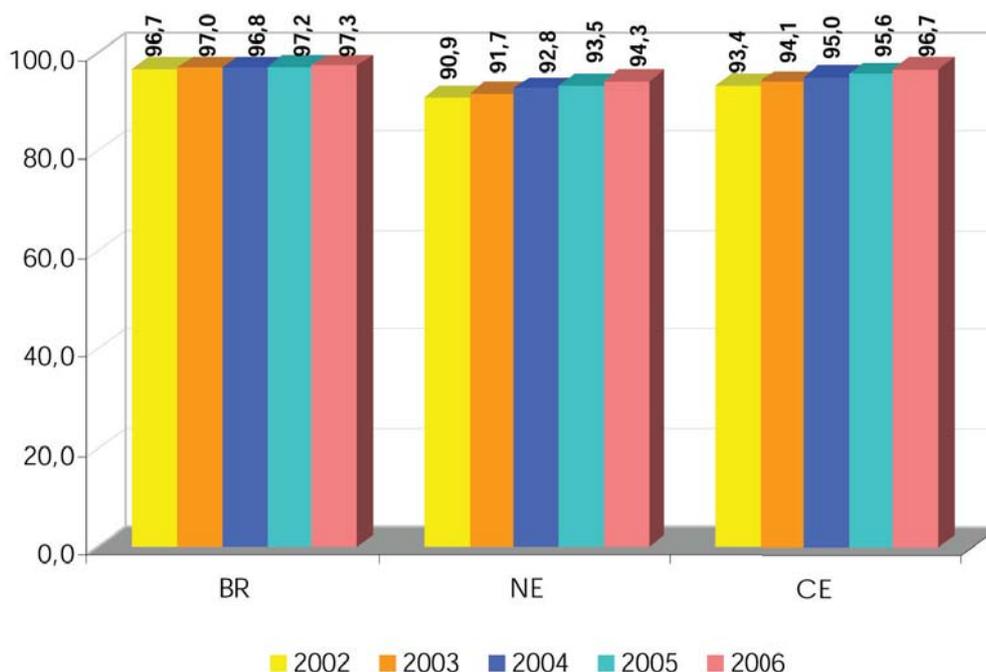
Através do Gráfico 2.2, constata-se que o Ceará apresenta uma proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgotos bastante inferior à média nacional e ainda abaixo da média nordestina, atendendo apenas 26,7% dos seus domicílios.

Entretanto, durante o período 2002-2006, o Estado apresentou uma evolução proporcional do indicador muito superior a do Brasil (um crescimento de 28,41% do Ceará contra 5,56% do país), reduzindo as disparidades existentes, muito embora o indicador cearense ainda seja muito menor que a média nacional.

Apesar desses movimentos recentes, em geral, favoráveis, deve-se considerar que ainda há espaço para se empreenderem expressivos avanços no que diz respeito ao acesso dos domicílios à água tratada e à formas adequadas de esgotamento sanitário, o que pode trazer repercussões positivas sobre a qualidade de vida das pessoas, haja vista que os beneficiados podem ter a sua saúde melhorada, além de existirem externalidades positivas associadas à melhoria da qualidade da água e do tratamento do esgoto que não podem ser desconsideradas.

Já no que diz respeito aos domicílios com energia elétrica, constata-se através do Gráfico 2.5 que, tanto o Ceará, como o Nordeste e o Brasil, apresentam quase a totalidade de seus domicílios atendidos com esse serviço, que é essencial para elevar a qualidade de vida da população e para a inclusão social. Mais especificamente, em 2006, aproximadamente 96,7% dos domicílios cearenses tinham acesso à energia elétrica.

Gráfico 2.5: Proporção de domicílios com energia elétrica (em %) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2002-2006

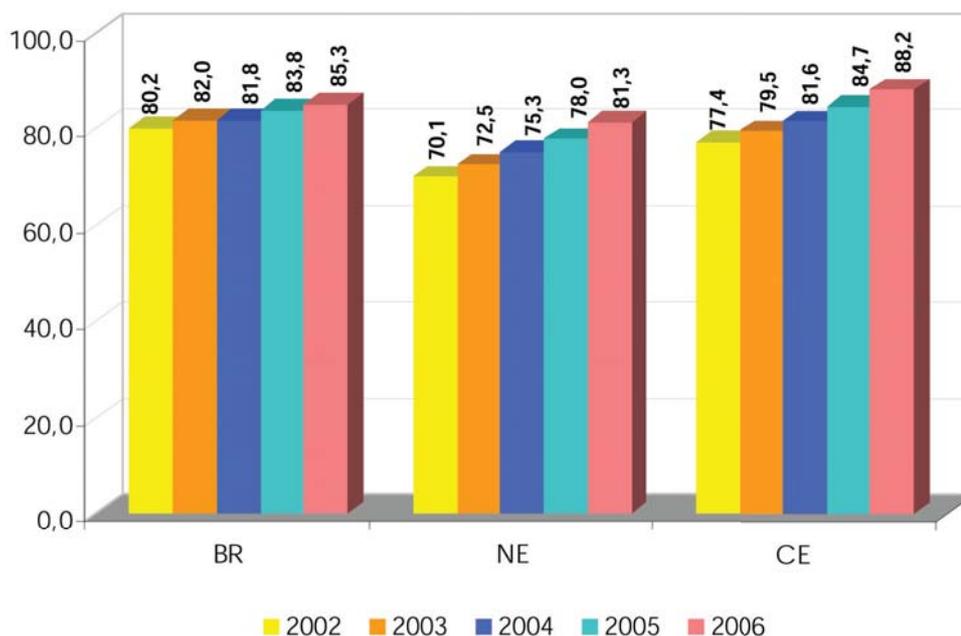


Fonte: PNAD/IBGE

Vale a pena salientar que essa tendência à universalização do serviço tem sido possível uma vez que o percentual de domicílios rurais com energia elétrica vem aumentando de forma significativa ao longo dos últimos anos.

O Gráfico 2.6 apresenta esse percentual para o período 2002-2006. Conforme o gráfico indica, em 2002, 77,4% dos domicílios rurais do Ceará tinham energia elétrica, ao passo que, em 2006, este percentual aumentou para 88,2%, o que representa um crescimento proporcional de 4,06% do indicador, crescimento este maior que a média nacional e bastante próxima à média nordestina. Este comportamento do indicador é, também, importante, pois, favorece para a redução das disparidades existentes entre domicílios urbanos e rurais.

Gráfico 2.6: Proporção de domicílios rurais com energia elétrica (em %) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2002-2006



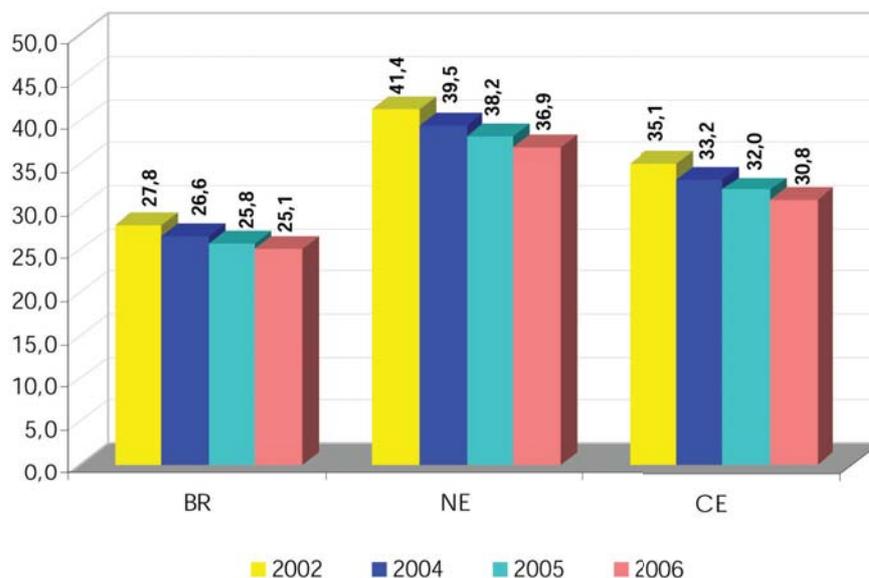
Fonte: PNAD/IBGE

3. SAÚDE

Inquestionavelmente, a saúde é um dos bens mais preciosos que o ser humano possui e constitui condição indispensável para desenvolver todas as suas potencialidades. Desta forma, fica evidente a necessidade de se analisar alguns dos principais indicadores desta dimensão.

Historicamente, a taxa de mortalidade infantil tem sido utilizada como um dos melhores indicadores para analisar as condições de saúde e de vida da população. Também tem sido importante para direcionar as ações e as políticas públicas voltadas para o setor de saúde. No gráfico a seguir, consta a evolução desse indicador para o Brasil, Nordeste e Ceará.

Gráfico 3.1: Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos) – Ceará, Nordeste e Brasil

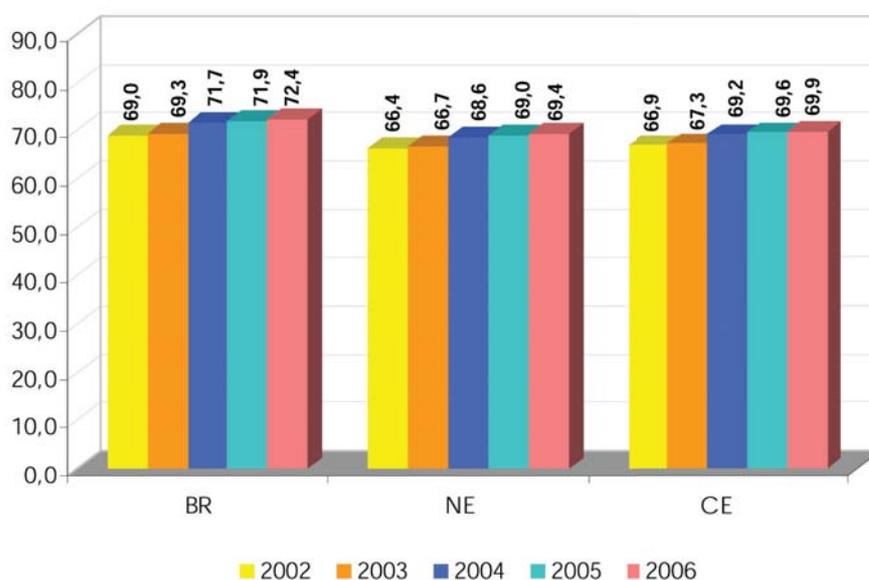


Fonte: Síntese de Indicadores Sociais/IBGE

Percebe-se, inicialmente, que a taxa de mortalidade infantil reduziu-se em todas as áreas espaciais analisadas, todavia, a maior redução proporcional observada ocorreu no Ceará entre os anos de 2002 e 2006, sendo esta de 12,3%. Já as taxas brasileira e nordestina caíram, respectivamente, 9,7% e 10,9%, no mesmo período.

No período considerado, a redução da taxa de mortalidade infantil foi acompanhada pelo acréscimo na esperança de vida ao nascer das populações do Brasil, Nordeste e Ceará, conforme ilustra o Gráfico 3.2.

Gráfico 3.2: Esperança de vida ao nascer – Ceará, Nordeste e Brasil



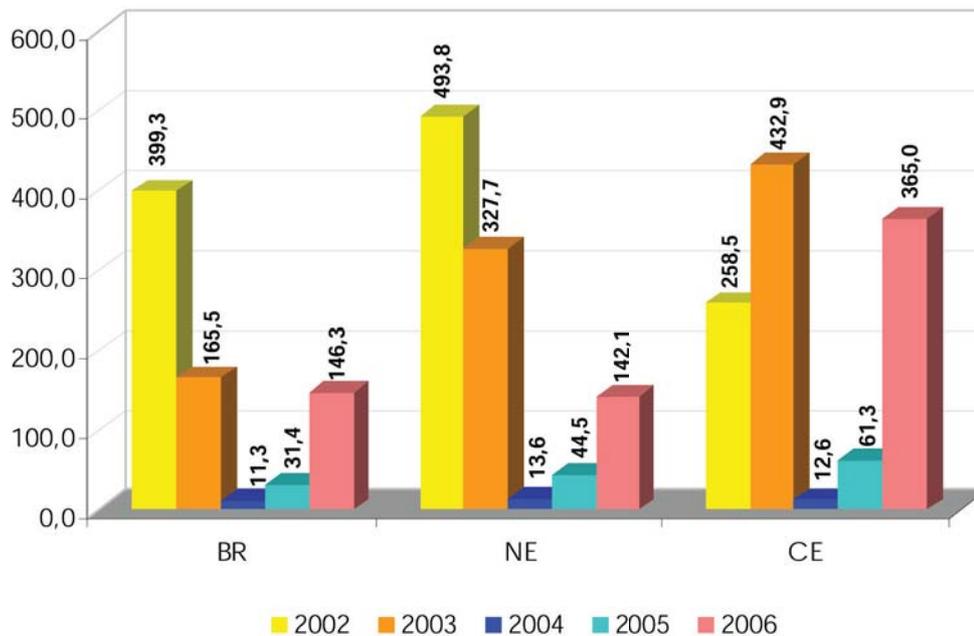
Fonte: IBGE

A esperança de vida ao nascer é, também, um indicador muito importante na mensuração da qualidade de vida das pessoas e sintetiza os efeitos de uma série de melhorias e avanços nas condições de saúde existentes, tanto preventivas como curativas.

Segundo se constata, no período entre 2002 e 2006, as pessoas nascidas no Ceará e no Nordeste aumentaram sua expectativa de vida 3 anos em média, enquanto no Brasil este ganho foi de 3,4 anos. Em termos relativos, o Ceará manteve seu indicador acima do nível do Nordeste e aproximou-se um pouco mais da média brasileira ao longo do período.

Um outro aspecto relevante da saúde diz respeito ao problema da dengue, que é apresentada no Gráfico 3.3, abaixo.

Gráfico 3.3: Taxa de incidência de Dengue por 100.000 habitantes – Ceará, Nordeste e Brasil



Fonte: DATASUS

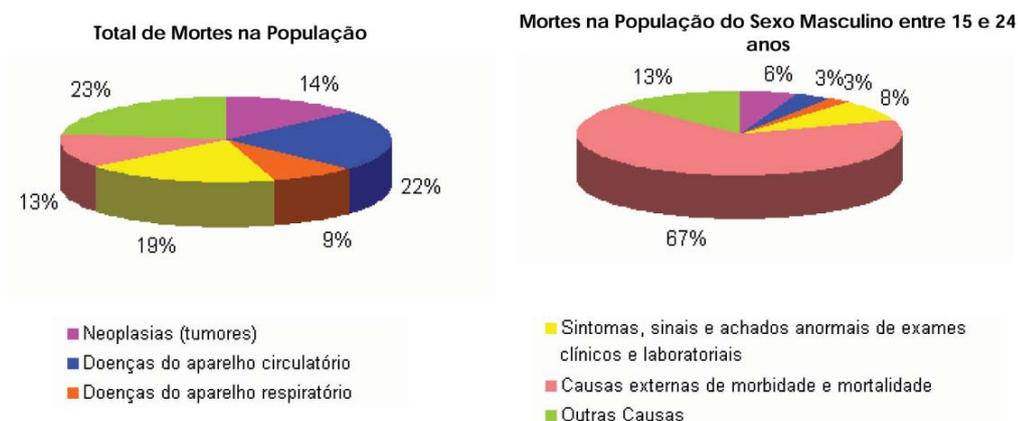
Esta é uma questão que tem preocupado sobremaneira as autoridades sanitárias do Brasil e, em especial, o governo do Estado do Ceará, visto que desde 1986, são registrados casos de dengue no Ceará, onde vem ocorrendo epidemias periódicas a cada 3 a 5 anos.

Observando o Gráfico 3.3 acima, pode-se constatar a queda brusca nas taxas de incidência de dengue em todas as regiões analisadas em 2004 e 2005, com valores bem menores do que os registrados entre 2002 e 2003. No entanto, em 2006, ocorre uma forte retomada do número de casos de dengue, o que faz com que haja uma considerável elevação na

incidência de dengue no Brasil, no Nordeste e, principalmente, no Ceará, onde a taxa de incidência alcança 365 casos por 100.000 habitantes.

No que se refere às causas de mortalidade, tem-se observado que as decorrentes de fatores externos vêm adquirindo significativo peso na estrutura geral dos óbitos, afetando principalmente a população masculina jovem. Como se observa no Gráfico 3.4, abaixo, as mortes em decorrência de causas externas correspondem a 13% das causas de morte na população do Estado do Ceará. No entanto, quando direcionamos a atenção para a população jovem masculina entre 15 e 24 anos, as mortes ocasionadas por fatores externos correspondem a 67% das causas de morte deste grupo populacional.

Gráfico 3.4: Principais Causas de Mortalidade no Ceará – 2005



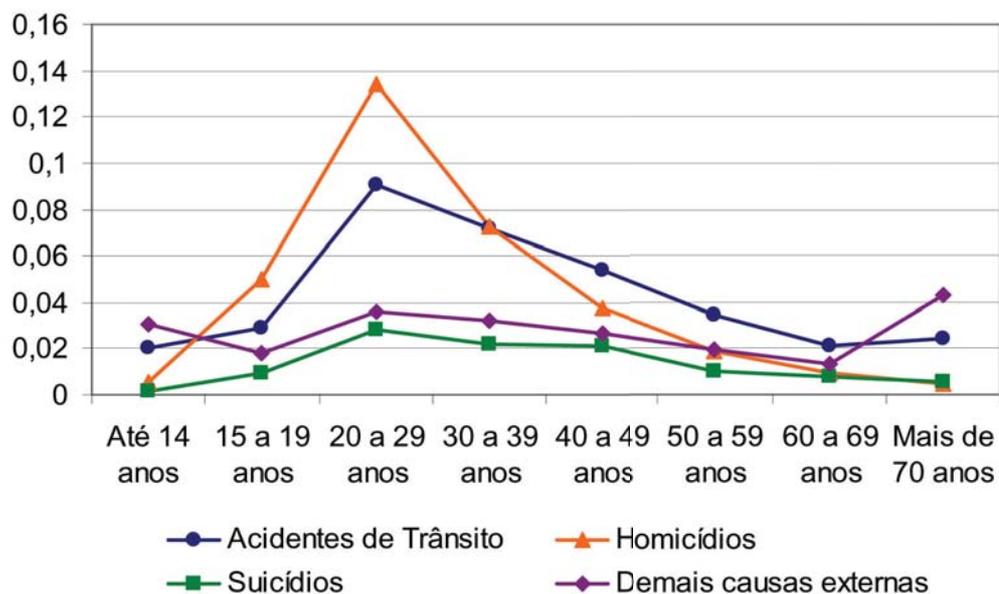
Fonte: DATASUS

As taxas de mortalidade por causas externas por 100.000 habitantes se elevaram consideravelmente ao longo da década de noventa, principalmente no Estado do Ceará, que apresentava uma taxa de 49,3% em 1996, passando para 63,1% em 2005. Essa taxa é superior às observadas nos anos anteriores, tendo ultrapassado a média da Região Nordeste e aproximando-se da média do Brasil, visto que, em 1996, a taxa de mortalidade por causas externas no estado era menos da metade da média brasileira.

As mortes por causas externas podem ser desagregadas em diferentes fatores, dentre os quais se destacam homicídios, acidentes de trânsito e suicídios, entre outras causas.

O Gráfico 3.5, abaixo, apresenta uma desagregação das mortes por causas externas por grupos de idade. As mortes ocasionadas por homicídios e por acidentes de trânsito se destacam como os principais fatores de mortalidade, com o primeiro sendo responsável por aproximadamente 23% das causas de morte entre jovens de 20 a 29 anos.

Gráfico 3.5: Principais causas de mortalidade dentre as causas externas por faixas de idade – Ceará – 2005



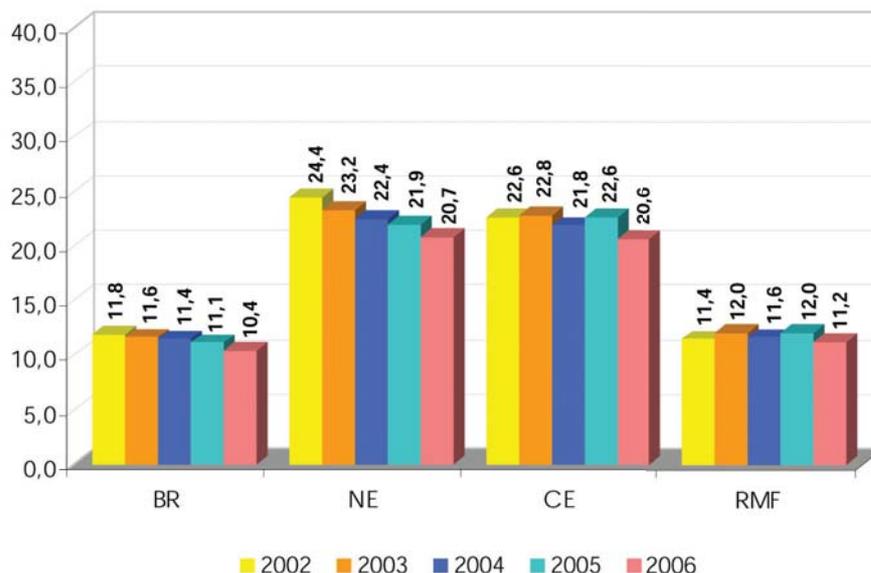
Fonte: DATASUS

4. EDUCAÇÃO

Considerando-se o período entre 2002 e 2006, tem-se que o Estado do Ceará apresentou uma série de avanços na área da educação, como pode ser observado através da análise de alguns indicadores educacionais extraídos dos dados da PNAD e que serão discutidos a seguir.

Um dos principais indicadores educacionais levados em consideração é a taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais de idade, pois, saber ler e escrever é o pré-requisito mínimo exigido para um indivíduo poder exercer seus direitos e deveres como cidadão. Assim, a redução da taxa de analfabetismo ao longo do tempo deve representar um avanço em termos de inclusão social para uma sociedade.

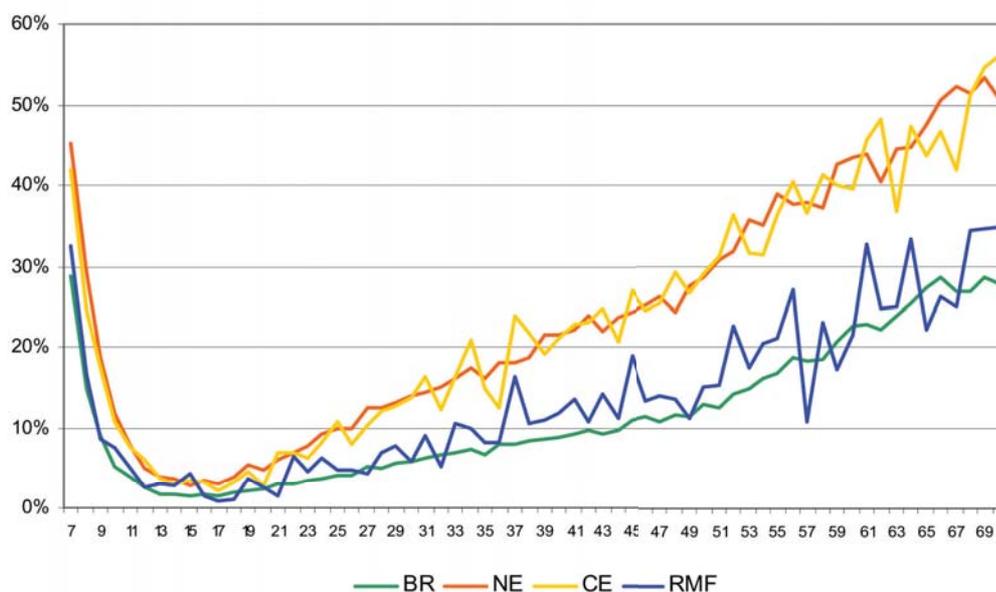
Gráfico 4.1: Taxa de analfabetismo – pessoas com 15 anos ou mais – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF (em %)



Fonte: IBGE/PNAD

Conforme indica o Gráfico 4.1, a taxa de analfabetismo vem evidenciando uma tendência de queda no período considerado, no Brasil, Nordeste, Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Cabe destaque para o Estado do Ceará, que apresentou uma queda significativa na taxa de analfabetismo, com uma redução de 2 pontos percentuais.

Gráfico 4.2: Taxa de analfabetismo por idade - Brasil, Nordeste, Ceará e RMF (em %) - 2006



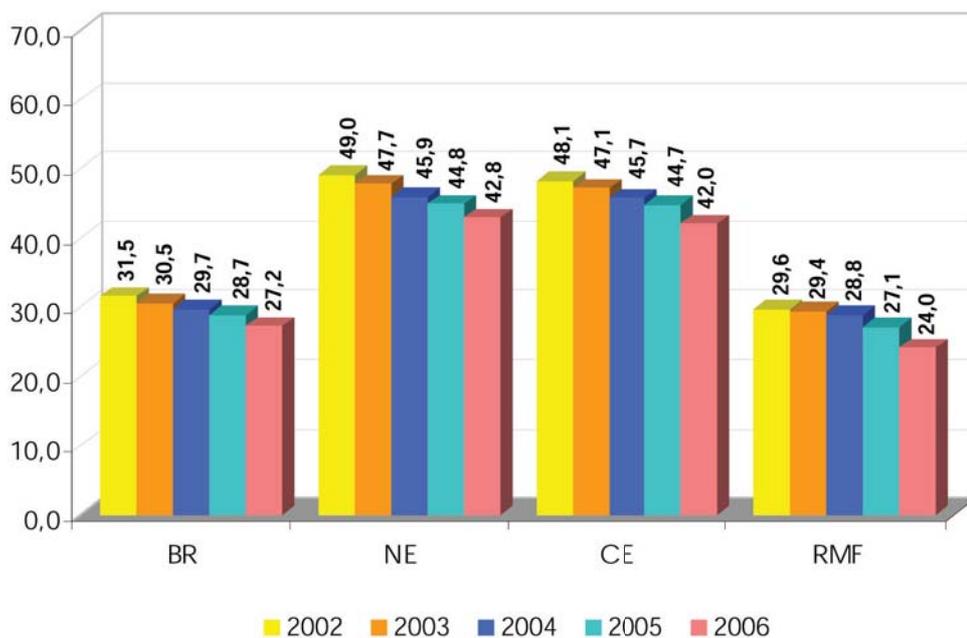
Fonte: PNAD/IBGE

Quando se considera a taxa de analfabetismo em cada faixa etária, apresentada no gráfico 4.2, é possível observar que a proporção de pessoas analfabetas é bem menor nas faixas etárias em que as pessoas deveriam freqüentar a escola, elevando-se quando se considera faixas etárias mais elevadas. É interessante observar que até a faixa de 20 anos, as proporções de pessoas analfabetas são bastante próximas em todas as regiões analisadas, no entanto, quando se considera idades mais avançadas, o Estado do Ceará e a Região Nordeste apresentam taxas de analfabetismo bem mais elevadas que a média brasileira e a verificada na Região Metropolitana de Fortaleza.

Outro indicador representativo da evolução educacional é o percentual de analfabetos funcionais adultos (pessoas com 25 anos ou mais que possuem menos de 4 anos de estudo), pois, possuir esta característica, no contexto atual, em que a economia brasileira, e também a cearense, inserem-se de forma crescente na economia mundial, significa basicamente ficar relegado ao exercício de funções que agregam pouco valor e que, conseqüentemente, são mal remuneradas, além de ter reduzidas suas oportunidades de trabalho.

O Gráfico 4.3 apresenta o percentual de analfabetos funcionais entre adultos para o Brasil, Nordeste, Ceará e RMF.

Gráfico 4.3: Percentual de analfabetismo funcional entre adultos – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF



Fonte: IBGE/PNAD

Conforme o Gráfico 4.3, o percentual de analfabetos funcionais adultos no Ceará, em 2002, era de 48,1%, enquanto que no Nordeste e no Brasil

esses percentuais eram de 49,0%, e 31,5%, respectivamente. Mas, ao longo do período de 2002 a 2005, o Estado conseguiu reduzir significativamente este indicador, tanto que, em 2006, atingiu o patamar de 42,0%.

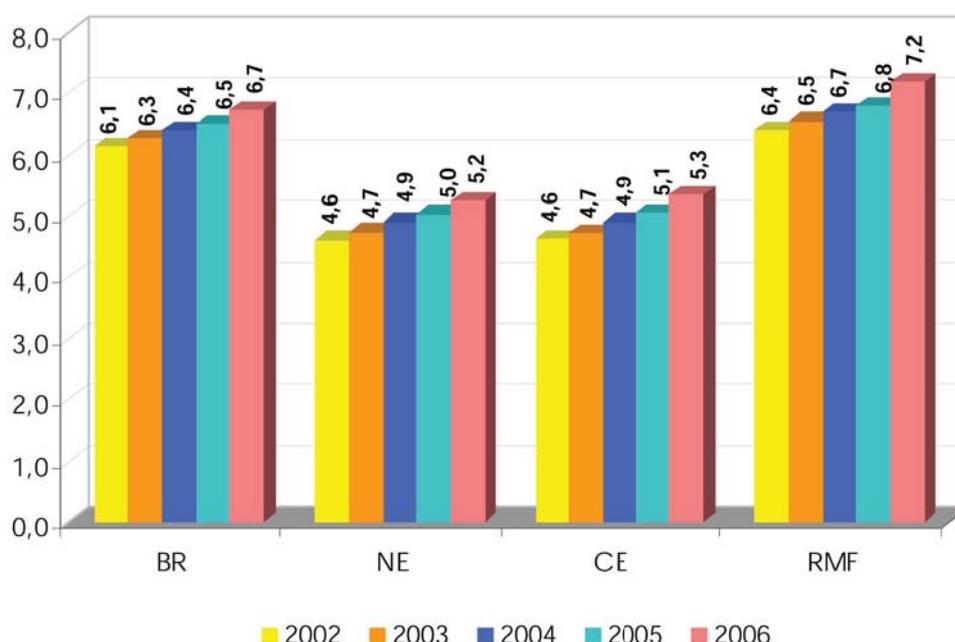
Entretanto, há que se considerar que estas taxas ainda são extremamente elevadas e, portanto, o governo, em suas várias esferas, deve aumentar significativamente os seus esforços no que diz respeito à educação de adultos, principalmente para incrementar a sua inserção no mercado de trabalho.

As reduções observadas nas taxas de analfabetismo vêm sendo acompanhadas por elevações nas taxas líquidas de frequência escolar. Esse indicador corresponde ao número de indivíduos que freqüentam os ensinos fundamental e médio, dentro da faixa etária correspondente à cada nível.

Outro indicador educacional analisado é a escolaridade média dos adultos, ou seja, a média de anos de estudo desta população. No Ceará, este indicador vem mostrando avanços significativos, como pode ser visto no gráfico 4.4 a seguir.

No período entre 2002 e 2005, a escolaridade média de adultos no Ceará evoluiu em cerca de 15%, que é o melhor desempenho observado entre as quatro áreas analisadas. Com isto, verifica-se que o Estado aproximou-se mais em termos relativos da média brasileira durante este período passando de uma média de 4,6 para 5,3 anos de estudo.

Gráfico 4.4: Escolaridade média de adultos (em anos de estudo)

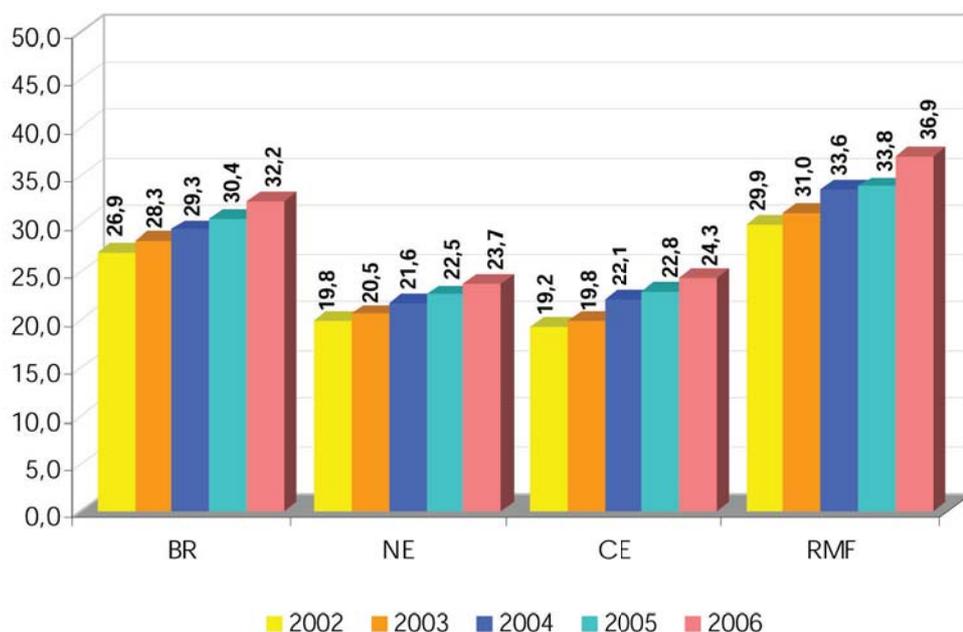


Fonte: IBGE/PNAD

Contudo, apesar das melhorias ocorridas, a escolaridade média do Ceará ainda é muito baixa se comparada ao padrão dos países mais desenvolvidos. Portanto, para que o Estado ganhe cada vez mais competitividade, faz-se necessário aprofundar ainda mais as políticas educacionais, estimulando a demanda e a qualidade do ensino.

Como mostram os dados sintetizados pelo Gráfico 4.5 a seguir, no período de 2002 a 2005, o aumento da escolaridade média no Ceará foi acompanhado pelo incremento no percentual de adultos com pelo menos o ensino médio completo.

Gráfico 4.5: Percentual da população adulta com pelo menos o ENSINO MÉDIO completo – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF



Fonte: IBGE/PNAD

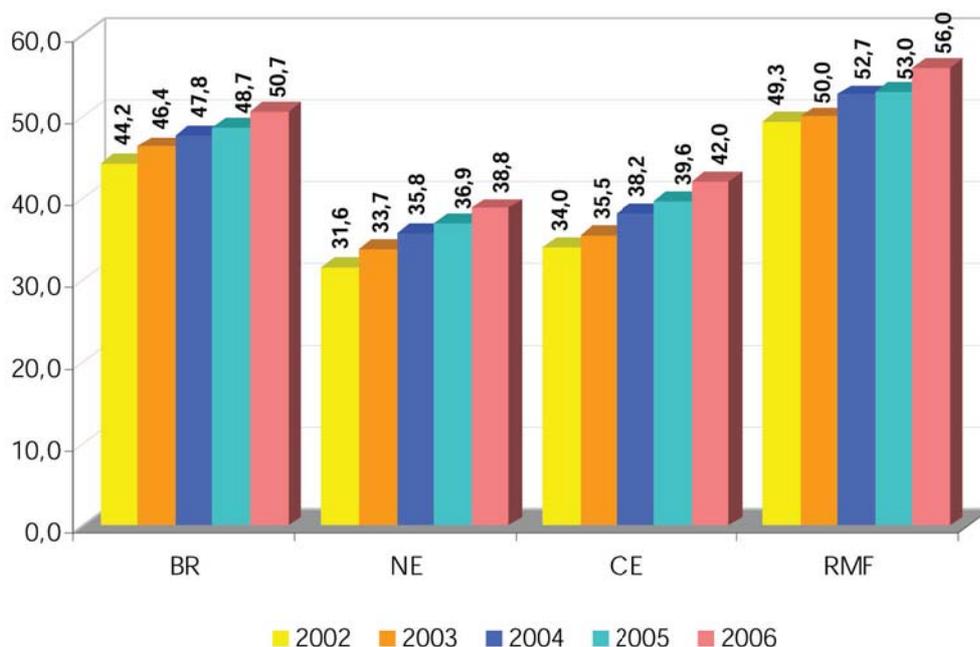
O Ceará conseguiu elevar esse indicador em torno de 26,6% durante o período, passando de uma proporção de 19,2% de pessoas com pelo menos o ensino médio completo, em 2002, para 24,3% em 2006. Este foi, sem dúvida, o melhor desempenho observado entre as áreas em estudo, tanto que o Ceará já supera a média nordestina no último ano da amostra.

Outro indicador educacional que também pode ser relacionado à escolaridade média é o percentual da população de 15 anos ou mais com pelo menos o ensino fundamental completo, apresentado no gráfico 4.6, a seguir.

Com base no Gráfico 4.6, é possível constatar que, no período entre 2002 e 2006, o Ceará conseguiu elevar significativamente o percentual

de pessoas acima de 15 anos com pelo menos o ensino fundamental completo. Este é o melhor desempenho observado entre as áreas em estudo.

Gráfico 4.6: Percentual da população – 15 anos ou mais – com pelo menos o ENSINO FUNDAMENTAL completo – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF

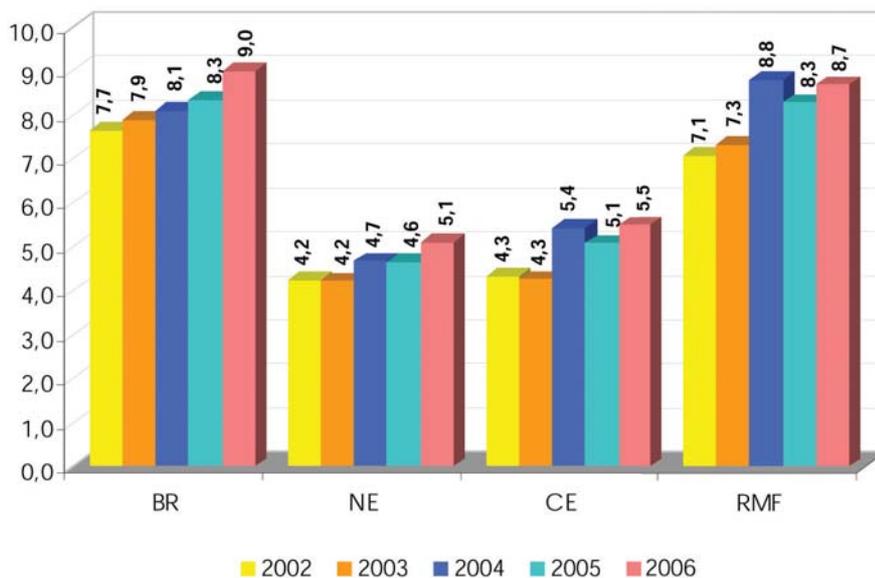


Fonte: IBGE/PNAD

Finalmente, outro indicador de educação a ser apresentado é o percentual da população – 25 anos ou mais – com nível superior completo para o Brasil, Nordeste, Ceará e RMF (Gráfico 4.7).

Como mostra o gráfico 4.7 a seguir, o percentual da população – 25 anos ou mais – com nível superior completo no Estado do Ceará vem alcançando expressivos avanços, apesar do decréscimo desse indicador em 2005. Assim, no período entre 2002 e 2006, houve crescimento de 4,3% para 5,5%, o que representa um aumento proporcional da ordem de 27,2%.

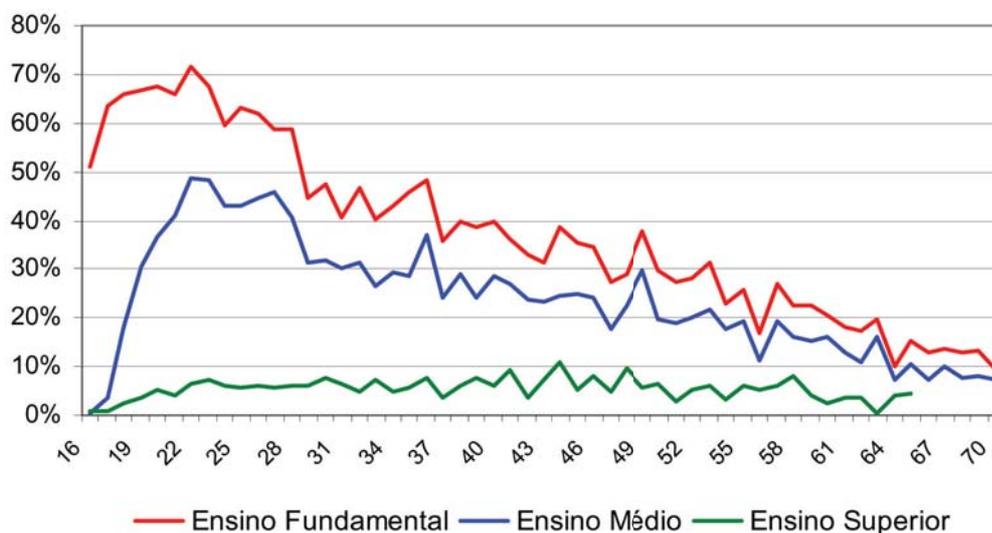
Gráfico 4.7: Percentual da população com nível superior completo – 25 anos ou mais — Brasil, Nordeste, Ceará e RMF



Fonte: IBGE/PNAD

O gráfico 4.8, a seguir, apresenta uma análise mais detalhada do nível de ensino da população cearense. É possível observar a taxa de escolarização por idade para os três níveis de ensino: ensino fundamental, ensino médio e ensino superior. Pode-se destacar neste gráfico pelo menos dois pontos. O primeiro diz respeito ao ensino superior que apresenta uma distribuição uniforme entre as idades revelando que não existe uma faixa etária privilegiada com esse nível de ensino. O segundo se refere à concentração de pessoas que possuem o ensino médio e superior por volta dos 20 anos, e que se reduz quanto mais velho for o indivíduo.

Gráfico 4.8: Porcentagem de pessoas que concluíram o ensino fundamental, ensino médio e ensino superior por anos de idade – 2006



Fonte: IBGE/PNAD

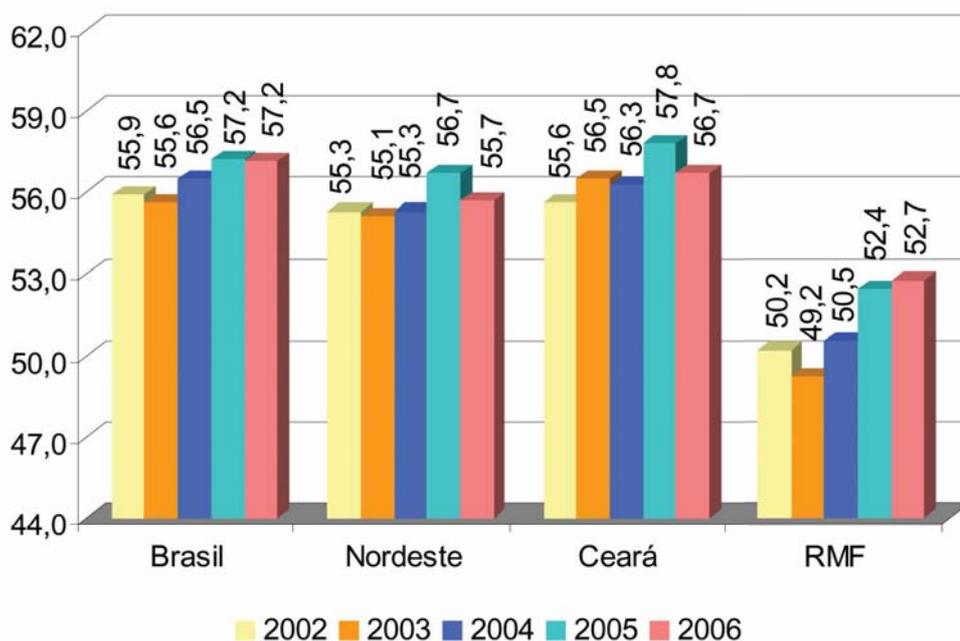
Portanto, com base nas informações constantes desta seção, é possível concluir que os indicadores educacionais do Ceará vêm evoluindo de forma bastante expressiva no período entre 2002 e 2006. Ademais, as evoluções verificadas são, na maioria dos casos, superiores às ocorridas no Nordeste ou no Brasil. Com isso, ao longo do tempo, pode-se concluir que o padrão educacional dos cearenses vem tendendo a convergir para a média nacional.

5. TRABALHO E RENDIMENTO

Nesta seção são apresentados os mais relevantes indicadores de trabalho e rendimento coletados na PNAD. Com base nas informações coletadas são realizadas análises que consideram diferenças de gênero, raça e faixa etária.

A taxa de ocupação medida pela razão entre a população ocupada (PO) e a população em idade ativa (PIA) determina, dentre aqueles potencialmente aptos para o trabalho (idade maior ou igual a 10 anos), a proporção de pessoas que, efetivamente, têm uma ocupação.

Gráfico 5.1 – Taxa de Ocupação – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 2002 a 2006



Fonte: IBGE/PNAD

No Gráfico 5.1, observa-se que a taxa de ocupação tem apresentado uma trajetória estável, com uma tendência crescente, no período entre 2002 e 2005. No entanto, pode-se constatar uma redução nesse indicador entre 2005 e 2006 para Nordeste e Ceará.

Em todas as unidades geográficas consideradas, a taxa de ocupação feminina é inferior à masculina, tanto para jovens quanto para adultos, assim como para brancos e não-brancos.

Quando comparadas as taxas de ocupação entre jovens (15 a 24 anos) e adultos (acima de 24 anos), percebe-se que esta é menor para os primeiros. Esta diferença pode ser reflexo das dificuldades que os jovens encontram para se engajarem no mercado de trabalho, e/ou pode refletir o fato de que para os jovens o trabalho pode não ser a atividade principal, por ainda estarem em idade escolar.

Tabela 5.1 – Taxa de Ocupação por Grupo Etário, Raça e Gênero – 2006

Unidade Geográfica	Jovens			Adultos		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Brasil	63,0	42,2	52,6	80,3	54,6	66,8
Nordeste	62,3	38,1	50,2	80,5	53,7	66,4
Ceará	62,6	38,2	50,3	82,0	54,9	67,7
RMF	51,7	36,2	43,7	78,8	53,9	65,2

Unidade Geográfica	Branços			Não-Branços		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Brasil	68,7	48,2	57,8	67,8	45,4	56,5
Nordeste	67,2	44,6	55,1	67,6	44,5	55,9
Ceará	68,2	45,5	56,0	68,5	46,0	57,1
RMF	63,2	44,7	53,0	62,2	43,7	52,6

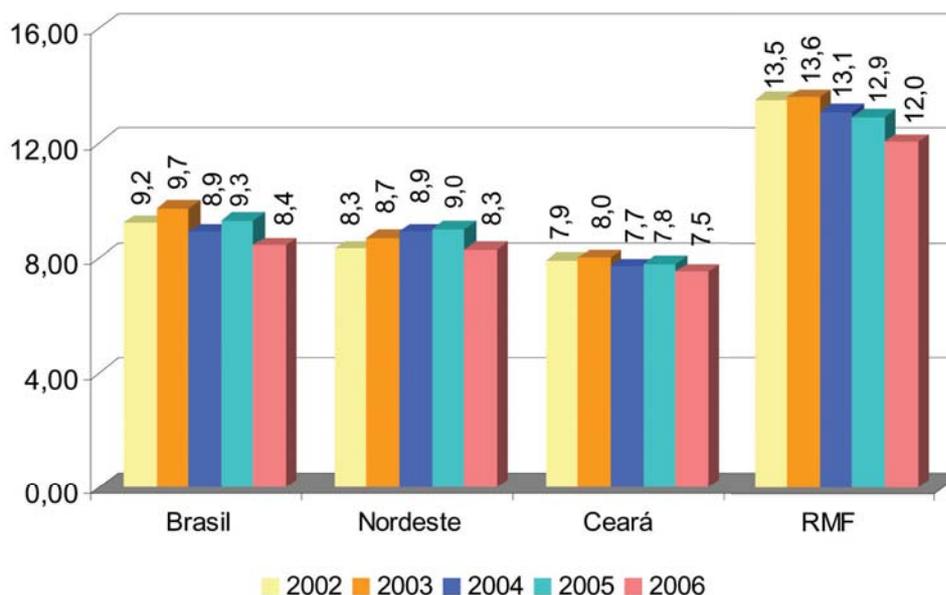
Fonte: IBGE/PNAD

Outro indicador de extrema relevância para a análise de mercado de trabalho é a taxa de desemprego (ou desocupação). Este indicador é medido pela razão entre a população desocupada e a população economicamente ativa (PEA).

A taxa de desemprego também apresentou uma trajetória estável, mas com uma tendência decrescente para a maioria das unidades geográficas consideradas.

A RMF apresentou a maior redução na taxa de desemprego no período considerado. Observam-se reduções mais modestas nesse indicador para Brasil e Ceará, enquanto para o Nordeste a taxa de desemprego em 2006 situa-se no mesmo patamar de 2002.

Gráfico 5.2 – Taxa de Desemprego – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 2002 a 2006

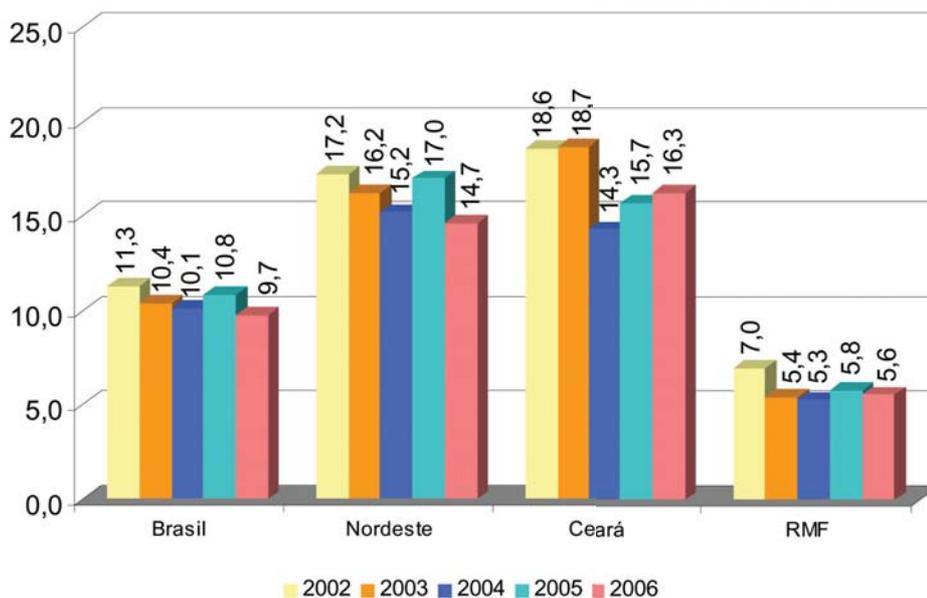


Fonte: IBGE/PNAD

Uma parcela bastante vulnerável da população são as crianças de 10 a 14 anos de idade. O Gráfico 5.3, a seguir, mostra a taxa de ocupação infantil ao longo dos anos.

A taxa de ocupação infantil tem se reduzido ao longo do período considerado. No entanto, essa redução não tem sido uniforme, isto é, observa-se uma redução entre 2002 e 2006 mas em alguns anos, a taxa de ocupação infantil tem aumentado quando comparada ao ano imediatamente anterior.

Gráfico 5.3 – Taxa de Ocupação Infantil – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 2006



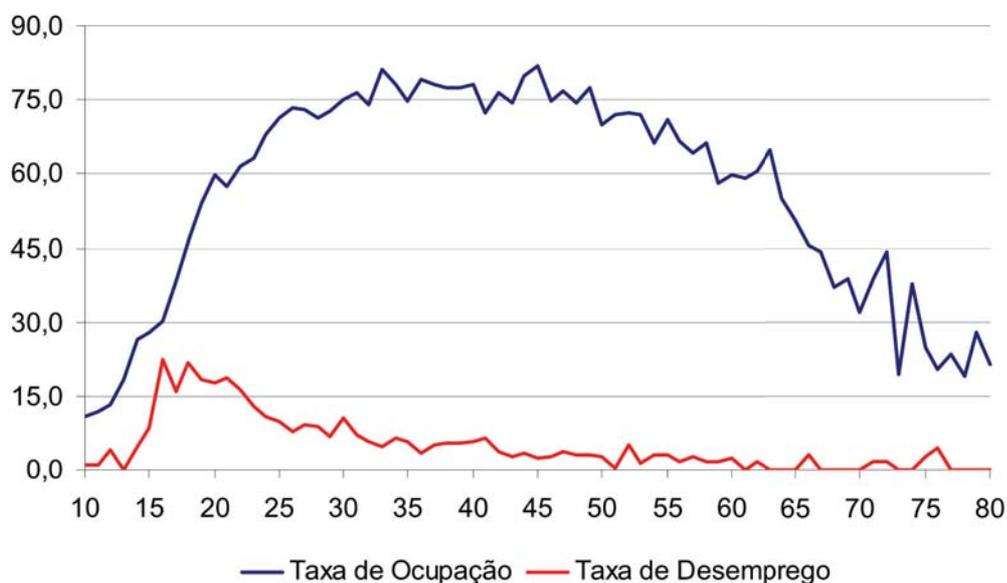
Fonte: IBGE/PNAD

A partir do Gráfico 5.3 acima, nota-se que o Nordeste apresentou a maior redução na taxa de ocupação infantil, sendo seguido pelo Ceará. Todavia, esta taxa ainda encontra-se em patamares bastante elevados para ambos, muito acima da média nacional.

A entrada precoce no mercado de trabalho reduz a oportunidade de uma boa educação. A baixa escolaridade, causada pela entrada precoce no mercado de trabalho, tem o efeito de limitar as oportunidades de emprego a postos de trabalho que não exigem qualificação e que dão baixa remuneração. Portanto, o fato de o indivíduo começar a trabalhar cedo reduz o seu rendimento na fase adulta.

O Gráfico 5.4, abaixo, mostra o comportamento das taxas de ocupação e desemprego por idade no Estado. Ambas as taxas apresentam trajetórias crescentes para a população jovem, e tendem a se estabilizar a partir dos 25 anos de idade.

Gráfico 5.4 – Taxa de Ocupação por Idade – Ceará – 2006



Fonte: IBGE/PNAD

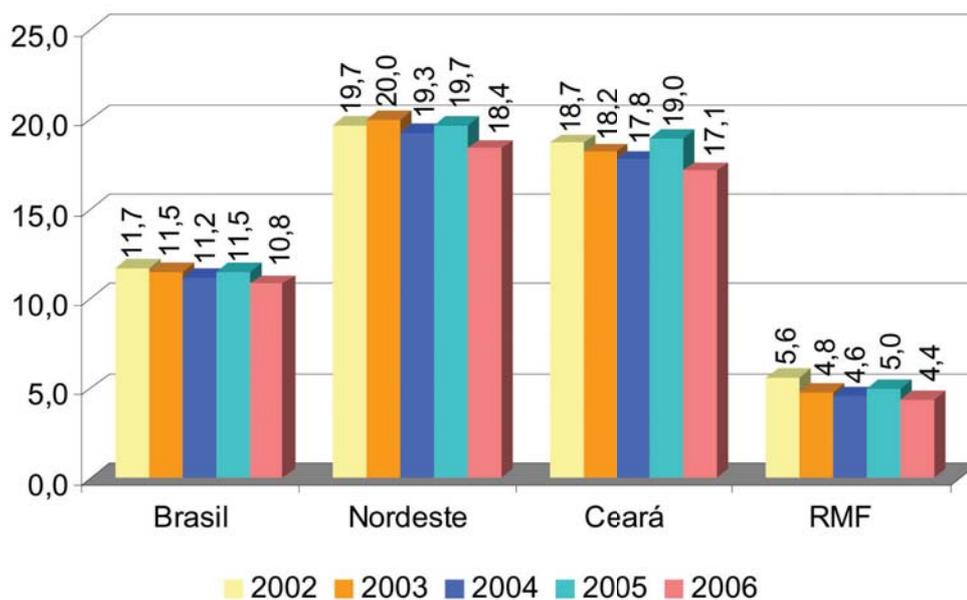
O comportamento das taxas de ocupação e desemprego pode ser explicado pelo processo de acumulação de capital humano. Entre os 10 e 25 anos de idade os indivíduos estão acumulando habilidades que irão se refletir nas posições em que ocuparão no mercado de trabalho.

O gráfico 5.5, abaixo, apresenta o percentual da população ocupada sem rendimentos para o Brasil, Nordeste, Ceará e RMF no período de 2002 a 2006.

Percebe-se uma redução no percentual da população ocupada sem rendimento em todas as unidades geográficas consideradas. O menor patamar é observado em 2006.

O aumento da taxa de ocupação formal, isto é, aumento do número de trabalhadores com carteira assinada, juntamente com a redução do percentual da população ocupada sem rendimentos indica uma melhora nas condições do mercado de trabalho para o conjunto da população.

Gráfico 5.5 – Percentual da População Ocupada sem Rendimentos – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF - 2006

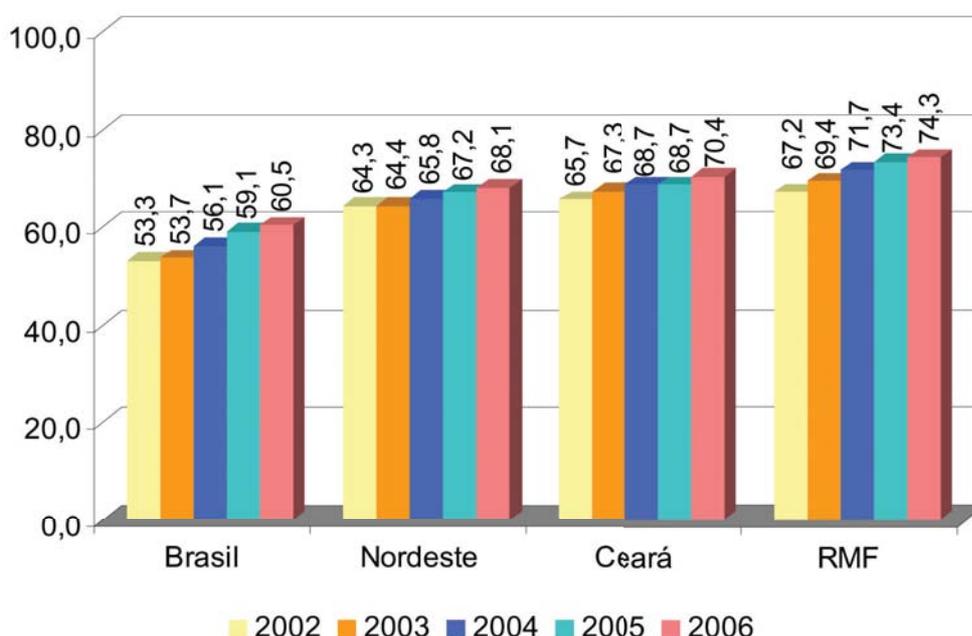


Fonte: IBGE/PNAD

Comparando-se a redução do percentual da população ocupada sem rendimentos com o aumento percentual da população ocupada com rendimento recebendo até dois salários mínimos (gráfico 5.6) constata-se que a melhoria das condições no mercado de trabalho foi considerável durante o período analisado.

O aumento do percentual da população ocupada com rendimentos recebendo até dois salários mínimos foi inferior a redução do percentual da população ocupada sem rendimentos. Isto indica que uma parcela da população ocupada que não auferia renda passa a auferir, e que uma parcela que recebia até dois salários mínimos passa a ganhar mais, representando um aumento na renda média dos trabalhadores.

Gráfico 5.6 – Percentual da População Ocupada com Rendimentos Recebendo até 2 s.m. – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF - 2006



Fonte: IBGE/PNAD

Com base nestas observações, pode-se concluir que no ano de 2006 houve um benefício no bem-estar da população advinda das melhorias das condições do mercado de trabalho.

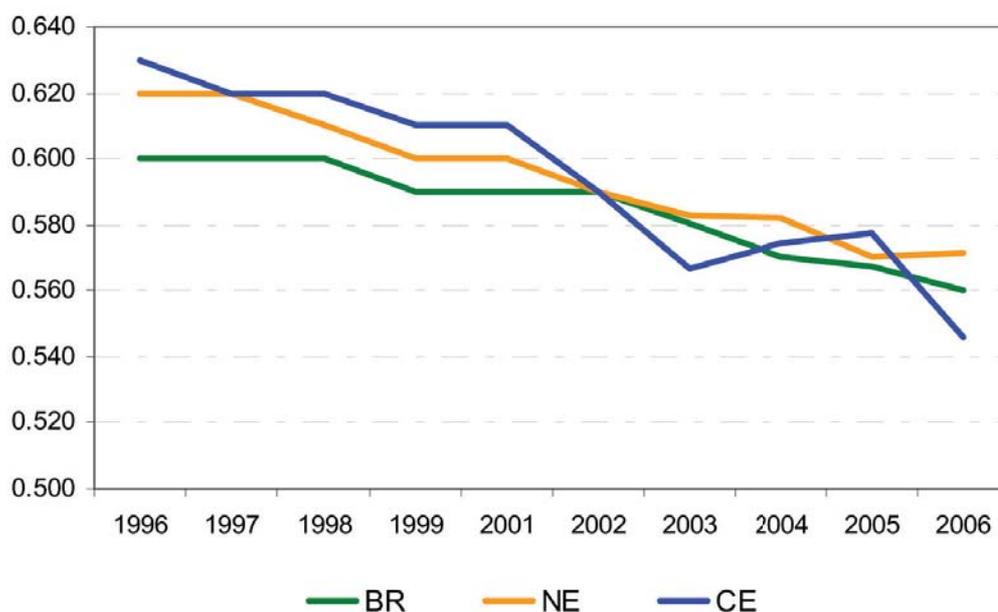
6. CONCENTRAÇÃO DE RENDA E POBREZA

A presente seção trata inicialmente da distribuição de renda no Estado do Ceará, tendo como foco a evolução do Índice de Gini², e o comportamento da renda domiciliar per capita. Em seguida, realiza-se uma análise dos principais indicadores de pobreza e sua relação com determinadas características da população cearense.

Nos últimos onze anos, após implantação do Plano Real, o Estado do Ceará vem apresentando uma significativa redução da desigualdade de renda. Além de seguir a tendência observada para a Região Nordeste e Brasil, o Estado do Ceará tem mostrado um forte desempenho no período recente. O Gráfico 6.1, abaixo, apresenta a trajetória do Índice de Gini no período de 1995 a 2006.

² Para mais detalhes sobre o cálculo do índice de Gini, ver Nota Técnica do IPECE, nº. 14. Além disso, o Índice de Gini foi calculado com base na renda domiciliar per capita.

Gráfico 6.1: Índice de Gini - Brasil, Nordeste e Ceará - 1995 a 2006

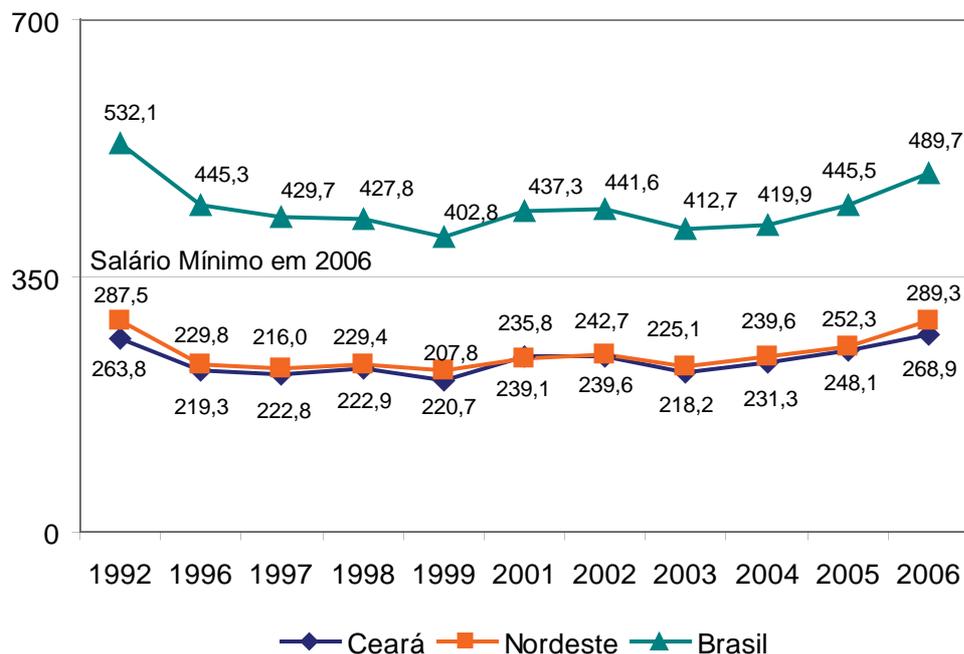


Fonte: IBGE/PNAD e IPECE

No período de 1996 a 2006, a queda na desigualdade de renda no Estado do Ceará foi de 13,4%, enquanto a Região Nordeste e o Brasil apresentaram reduções de 6,6% e 7,8%, respectivamente. Além disso, em determinados períodos, a redução da desigualdade de renda no Ceará tem sido ainda mais intensificada como no período recente de 2001 a 2006, onde a redução foi de 10,5%.

O Gráfico 6.2, abaixo, apresenta o comportamento da renda domiciliar per capita (RDPC) em valores reais (base: 09/2006=10) no período de 1996 a 2006.

Gráfico 6.2: Renda Domiciliar per capita Real – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992, 1996 a 2006

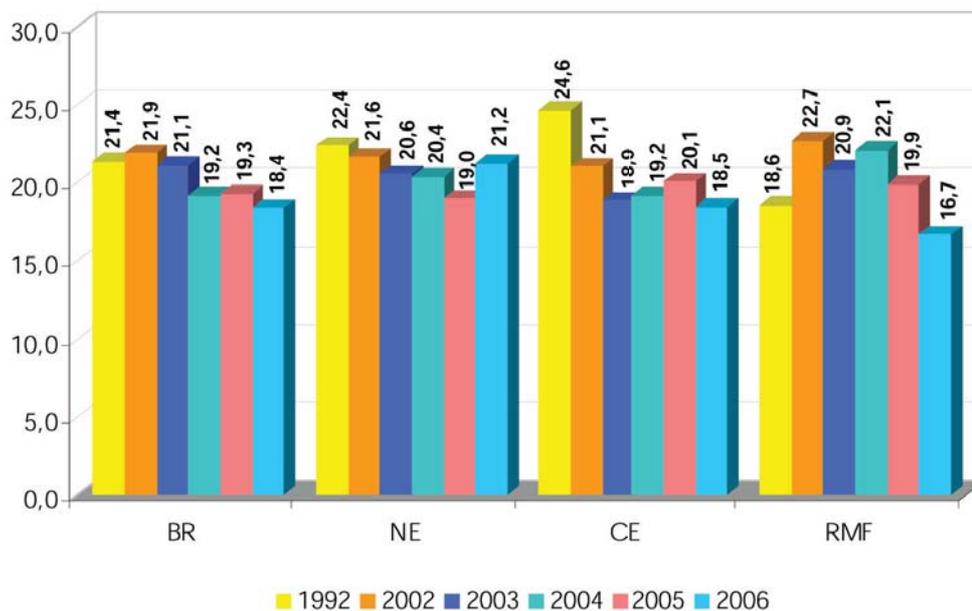


Fonte: IBGE/PNAD e IPECE

No Gráfico 6.2, nota-se que a renda domiciliar per capita tem obtido um razoável crescimento real nos últimos quatro anos, onde a RDPC cresceu 10,9%, para o Brasil, 19,2% para o Nordeste e 12,2% para o Ceará. Entre os anos de 2005 e 2006, a RDPC cresceu 9,9% no Brasil, 14,7% no Nordeste e 8,4% no Ceará. Porém, somente em 2006 a renda domiciliar per capita do Ceará e da Região Nordeste foi capaz de superar o valor real da RDPC em 1992. Todavia, o valor da RDPC, tanto para o Ceará quanto para o Nordeste, não ultrapassa o valor do salário mínimo de ano de 2006 em qualquer ponto do tempo nos últimos 14 anos. Vale ressaltar que entre os anos de 1992 e 1996, houve a implementação do Plano Real que trouxe a estabilização econômica, que vem sendo mantida nos últimos 10 anos.

O Gráfico 6.3, abaixo, apresenta a razão entre as rendas médias (RDPC média) dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres. Vale ressaltar que os 10% mais ricos da população correspondem ao 1º decil (ou 1º décimo) mais rico da população.

Gráfico 6.3: Razão entre as RDPC média dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres (P90/P40) – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992, 2002 a 2006

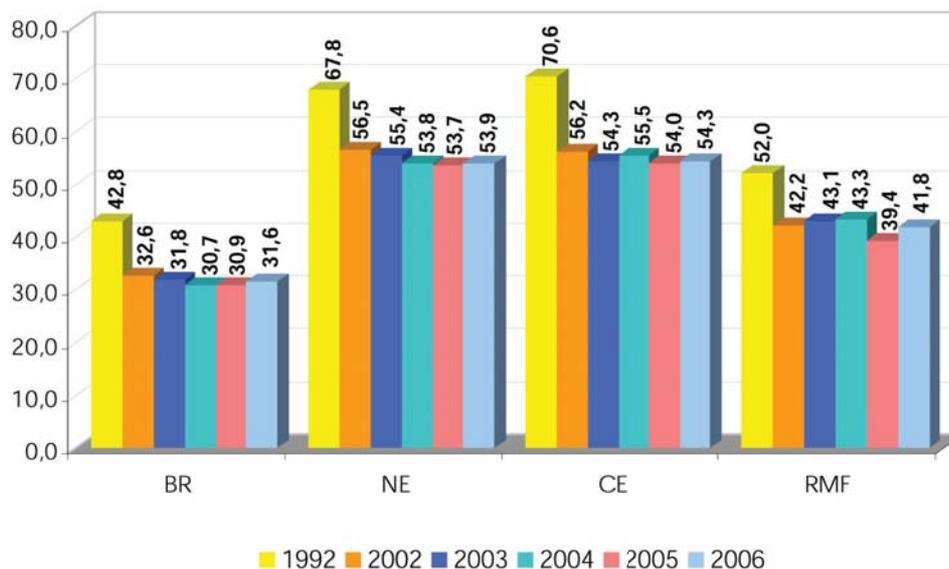


Fonte: IBGE/PNAD e IPECE

Observando o Gráfico 6.3, percebe-se que a razão entre a renda domiciliar per capita média dos 10% mais ricos caiu em relação à renda domiciliar per capita média dos 40% mais pobres da população cearense entre 2005 e 2006. Este mesmo resultado se confirmou para o Brasil, mas não para Região Nordeste que apresentou um aumento da desigualdade de renda (ver Gráfico 6.1).

O Gráfico 6.4, abaixo, apresenta a proporção da população cearense abaixo da linha de pobreza, a qual foi estabelecida em $\frac{1}{2}$ salário mínimo do respectivo ano. Segundo o valor deste indicador, o Estado do Ceará obteve um aumento da proporção de pobres em 0,5% entre os anos de 2005 e 2006. No entanto, quando se observa o longo prazo, a proporção de pobres caiu aproximadamente 23,1% entre 1992 e 2006.

Gráfico 6.4: Proporção da População abaixo da Linha de Pobreza (em %) – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992, 2002 a 2006

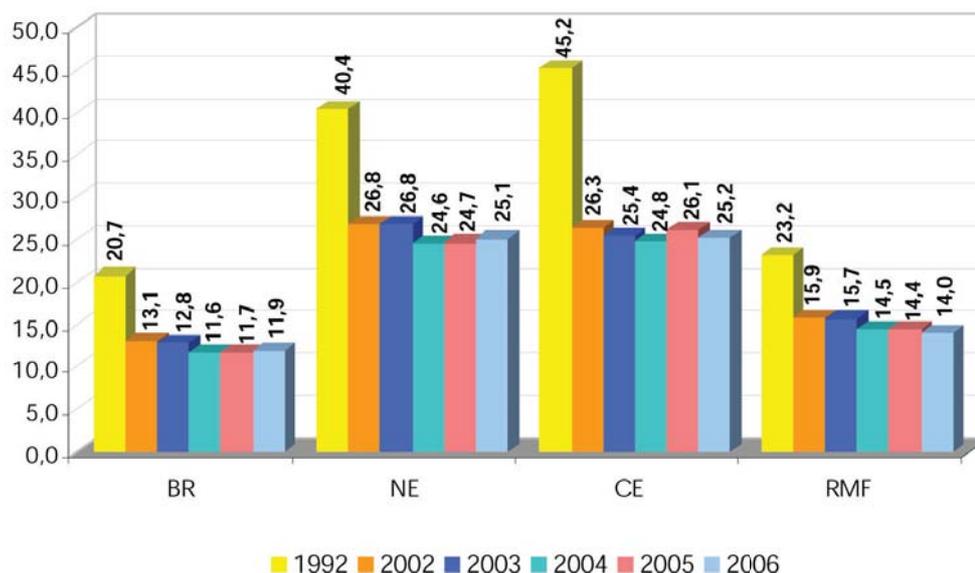


Fonte: IBGE/PNAD e IPECE

Observando o Gráfico 6.4, percebe-se que o aumento da pobreza no Estado do Ceará seguiu a mesma tendência na Região Nordeste e Brasil. Comparativamente, a pobreza no Ceará é maior do que a registrada a nível regional e nacional. No entanto, o crescimento da pobreza foi mais forte no Brasil em torno de 2,3% entre 2005 e 2006.

Por outro lado, a proporção de pessoas abaixo da linha de indigência (extrema pobreza) no Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza caiu entre os anos de 2005 a 2006, respectivamente -3,4% e -2,8%. Já a nível regional e nacional, a indigência aumentou em 1,6% no Nordeste e 1,7% no Brasil, neste mesmo período. No longo prazo, o Ceará se destaca por uma redução significativa da indigência, aproximadamente -44,2% entre 1992 e 2006. Já o Nordeste e Brasil obtiveram reduções de 37,9% e 42,5%, respectivamente, no mesmo período.

Gráfico 6.5: Proporção da População abaixo da Linha de Extrema Pobreza ou Indigência (em %) – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992, 2002 a 2006

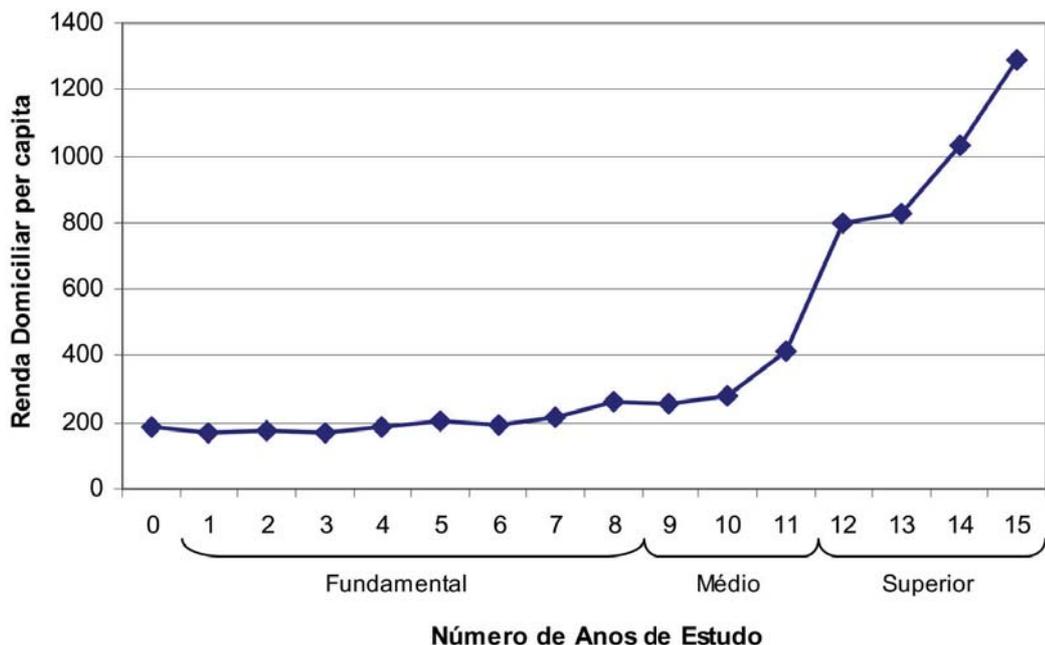


Fonte: IBGE/PNAD e IPECE

Além de toda análise sobre desigualdade de renda e pobreza no presente estudo, alguns fatos estilizados aqui incorporados são de extrema importância como, por exemplo, o papel da educação no bem-estar da população.

No Gráfico 6.6, a seguir, nota-se que quanto maior o número de anos de estudo maior é o valor médio da renda domiciliar per capita do indivíduo. No caso do Ceará, indivíduos que possuem menos de oito anos de estudo ou um ensino fundamental possuem em média uma renda média em torno de duzentos (R\$ 200,00) reais. Para os indivíduos com uma educação média, valor entre 9 e 11 anos de estudo, a renda média varia entre duzentos reais (R\$ 200,00) e quatrocentos reais (R\$ 400,00).

Gráfico 6.6: Valor Médio da Renda Domiciliar per capita por Número de Anos de Estudo – Ceará - 2006

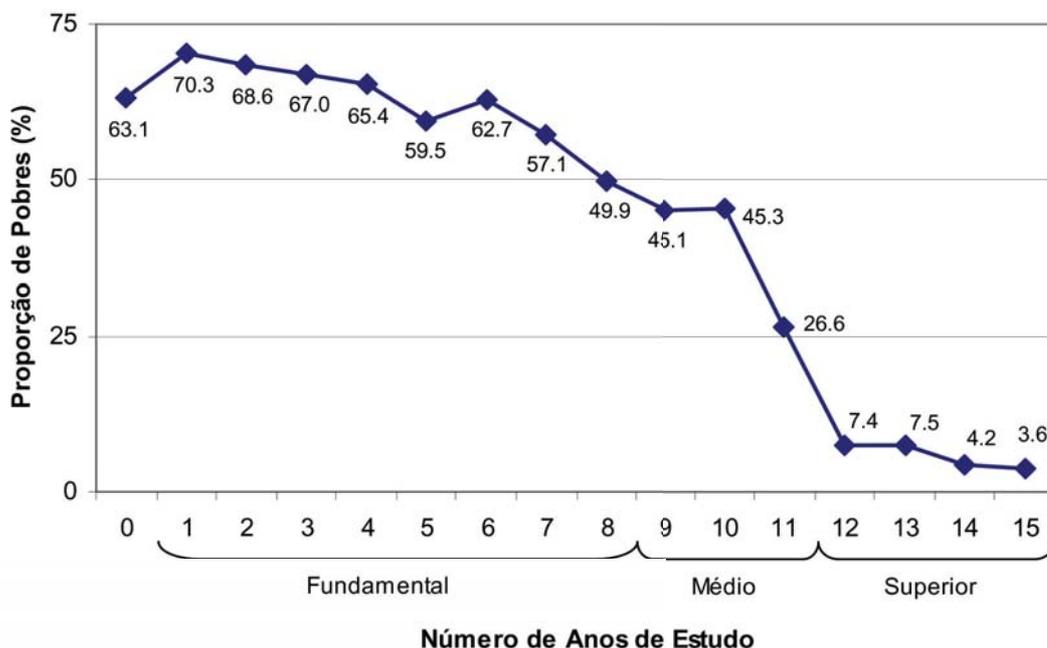


Fonte: IBGE/PNAD e IPECE

O grande diferencial de renda é quando o indivíduo adquire doze anos ou mais de estudo, onde a renda domiciliar per capita média praticamente dobra. Na medida em que o indivíduo adquire um ano adicional de estudo, a renda aumenta em média 18% para aqueles indivíduos com mais de doze anos de estudo. Ou seja, um indivíduo com ensino superior completo possui em média uma renda domiciliar per capita média maior do que um mil e duzentos reais (R\$ 1.200,00).

Evidentemente, se a renda domiciliar per capita de um indivíduo aumenta à medida que ele adquire um ano adicional de estudo, provavelmente menores serão as chances dele estar abaixo da linha de pobreza. Isto pode ser observado no Gráfico 6.7, a seguir, que mostra a proporção de pobres para cada ano de estudo.

Gráfico 6.7: Valor Médio da Proporção de Pobres por Número de Anos de Estudo
 – Ceará – 2006



Fonte: IBGE/PNAD e IPECE

Como é de se esperar, na medida em que o número de anos de estudo aumenta, a proporção de pobres é cada vez menor. Para indivíduos com menos de oito anos de estudo, a proporção de pobres sempre está acima de 50% em cada respectivo ano. Para indivíduos com ensino médio a proporção de pobres chega a um mínimo de 26% (11 anos de estudo). No entanto, a queda mais significativa acontece quando o indivíduo possui doze anos ou mais de estudo, onde a proporção de pobres chega a um valor mínimo de 3.6% dos indivíduos com ensino superior (15 anos de estudo).

Os Gráficos 6.6 e 6.7 evidenciam que a educação é um fator importante no que diz respeito ao bem-estar social e, conseqüentemente, no combate à pobreza. Visto que o número médio de anos de estudo da população adulta (acima de 25 anos de idade) no Ceará é de aproximadamente 5 anos de estudo, conclui-se que muito ainda deve ser feito para melhorar a condição educacional e de renda da população.

Considerações Finais

A análise dos indicadores sociais do Estado do Ceará em 2006 evidencia os significativos avanços alcançados ao longo dos últimos anos. Observou-se que tanto em termos absolutos e, principalmente, em termos de performance, a condição social da população cearense vem avançando consideravelmente em comparação à região Nordeste e ao Brasil.

Ao observar os indicadores sociais no médio e curto prazo, fica evidenciado que ainda há espaço para o aprofundamento desses avanços, bem como para a elaboração de novas políticas públicas destinadas a melhorias das condições de vida da população cearense.

Neste estudo, destacam-se os avanços significativos alcançados nas áreas da educação, condições de domicílio, saúde e mercado de trabalho. Apesar da elevada proporção de pobres e indigentes no Estado, os indicadores relativos à concentração de renda e pobreza têm indicado que o Estado do Ceará tem avançado de maneira considerável.

De uma forma geral, conclui-se que as condições sociais no Estado do Ceará avançaram significativamente em várias dimensões. Contudo, há ainda a necessidade de melhorias em diversas áreas sociais para que a população alcance uma condição social satisfatória. A partir desse diagnóstico, pretende-se privilegiar a formulação e implementação de políticas públicas adequadas e eficientes com o objetivo de atender as necessidades básicas da população cearense, principalmente no que diz respeito ao acesso a serviços públicos de qualidade e maior equidade social.